



HOSPITAL DE  
**CLÍNICAS**  
PORTO ALEGRE RS

## EDITAL Nº 06/2025

DE PROCESSOS SELETIVOS (PS)

### Cargos de Nível Superior

- PS 63 - ANALISTA I (Coordenadoria de Gestão dos Negócios Assistenciais)
- PS 64 - BIÓLOGO I, BIOMÉDICO I OU FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO I (Hemoterapia)
- PS 65 - ENFERMEIRO I (Obstetrícia)
- PS 66 - FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO I (Farmácia Hospitalar)
- PS 67 - FÍSICO I (Medicina Nuclear)
- PS 68 - FÍSICO I (Radiodiagnóstico)
- PS 69 - MÉDICO I (Neurologia: Demências e Doenças Neurodegenerativas)
- PS 70 - MÉDICO I (Oncologia)

### Cargos de Nível Médio

- PS 71 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Internação Clínica Adulto)
- PS 72 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Internação Cirúrgica Adulto)
- PS 73 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Saúde Mental)
- PS 74 - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO III (Equipamentos Eletromédicos)
- PS 75 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA (Radioterapia)

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



# SOBRE O HCPA

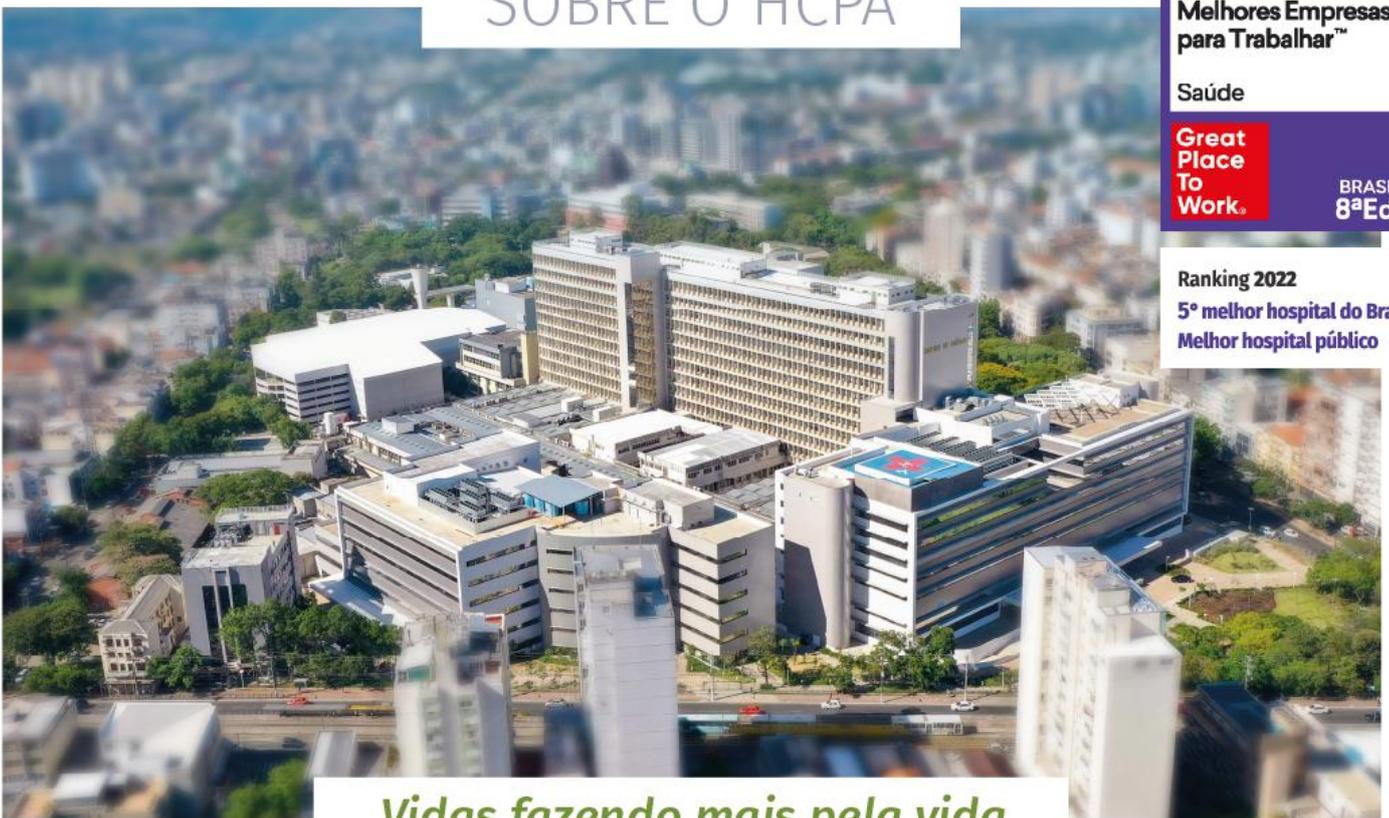
Melhores Empresas  
para Trabalhar™

Saúde

Great  
Place  
To  
Work.

BRASIL  
8ªEd.

Ranking 2022  
5º melhor hospital do Brasil  
Melhor hospital público



**Vidas fazendo mais pela vida**

*é o nosso propósito*

O HCPA é um hospital público e universitário com reconhecida atuação em assistência, ensino e pesquisa. Valorizamos e buscamos profissionais com conhecimentos, atitudes e habilidades que sejam compatíveis com as ocupações de que dispomos e que queiram fazer a diferença na vida das pessoas através de seu trabalho.

## NOSSA MISSÃO

Prestar assistência humanizada e de excelência, gerar conhecimento e inovação e formar pessoas comprometidas com nossos valores.

## NOSSOS VALORES

Respeito à pessoa  
Competência técnica  
Trabalho em equipe  
Comprometimento institucional  
Austeridade e Integridade  
Responsabilidade social  
Transparência

*Prof. Brasil Silva Neto*  
Diretor-Presidente



Conheça nosso  
**Código de Conduta  
e Integridade**

# CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS

PROCESSOS SELETIVOS: PS 63 - ANALISTA I (Coordenadoria de Gestão dos Negócios Assistenciais); PS 64 - BIÓLOGO I, BIOMÉDICO I ou FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO I (Hemoterapia); PS 65 - ENFERMEIRO I (Obstetrícia); PS 66 - FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO I (Farmácia Hospitalar); PS 67 - FÍSICO I (Medicina Nuclear); PS 68 - FÍSICO I (Radiodiagnóstico); PS 69 - MÉDICO I (Neurologia: Demências e Doenças Neurodegenerativas); PS 70 - MÉDICO I (Oncologia); PS 71 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Internação Clínica Adulto); PS 72 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Internação Cirúrgica Adulto); PS 73 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Saúde Mental); PS 74 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Equipamentos Eletromédicos) e PS 75 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA (Radioterapia).

DATA	EVENTO
06/10 a 03/11/25	Período para realização de inscrições, exclusivamente pela <i>internet</i>
06/10 a 03/11/25	Período para solicitação de Atendimento Especial para a realização da Prova Escrita
06/10 a 13/10/25	Período para solicitação de isenção da Taxa de Inscrição (conforme item 4.15)
21/10/25	Divulgação do resultado da solicitação de isenção da Taxa de Inscrição
22/10 a 23/10/25	Período de recursos quanto ao resultado da solicitação de isenção da Taxa de Inscrição
30/10/25	Divulgação do resultado dos recursos da solicitação de isenção da Taxa de Inscrição
04/11/25	Último dia para pagamento da Taxa de Inscrição
21/11/25	Divulgação da Banca Examinadora e da Relação Preliminar das Inscrições Homologadas
24/11 a 25/11/25	Período de recursos quanto à Banca Examinadora e <b>quanto a não Homologação Preliminar das Inscrições</b>
01/12/25	Divulgação dos locais de provas, do resultado dos recursos de Banca Examinadora e Homologação Preliminar das Inscrições
02/12/25	<b>Divulgação das <u>Solicitações de Atendimento Especial</u></b>
07/12/25	<b>Data da Aplicação da Prova Escrita</b>
08/12/25	Divulgação dos gabaritos preliminares da Prova Escrita
09/12 e 10/12/25	Período de recursos quanto aos gabaritos preliminares da Prova Escrita
*	Divulgação do resultado preliminar (**) da Prova Escrita, dos gabaritos após recursos e do resultado dos recursos de gabarito
*	Período de recursos quanto ao resultado preliminar da Prova Escrita (folhas ópticas)
*	<b>Período para o envio de Atestado Médico de candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), aprovados na Prova Escrita (conforme subitem 4.6.3)</b>
*	Divulgação da análise dos Atestados Médicos dos candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), aprovados na Prova Escrita
*	Período de recursos quanto à análise dos Atestados Médicos dos candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), aprovados na Prova Escrita
*	Divulgação do resultado dos recursos quanto à análise dos Atestados Médicos dos candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), aprovados na Prova Escrita
*	Divulgação do resultado da Prova Escrita após recursos e do resultado dos recursos (Folhas Ópticas)
*	<b>Período para o envio dos documentos dos candidatos inscritos na condição de Indígenas e Quilombolas, aprovados na Prova Escrita (conforme subitens 4.7 e 4.9)</b>
*	Divulgação da análise dos documentos dos candidatos inscritos na condição de Indígenas e Quilombolas, aprovados na Prova Escrita

DATA	EVENTO
*	Período de recursos quanto à análise dos documentos dos candidatos inscritos na condição de Indígenas e Quilombolas, aprovados na Prova Escrita
*	Divulgação do resultado dos recursos quanto à análise dos documentos dos candidatos inscritos na condição de Indígenas e Quilombolas, aprovados na Prova Escrita
*	<b>Convocação para a Prova Prática do PS 74 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III</b> (Equipamentos Eletromédicos)
*	Divulgação do resultado preliminar (**) da Prova Prática do PS 74 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Equipamentos Eletromédicos)
*	Período de recursos quanto ao resultado preliminar da Prova Prática do PS 74 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Equipamentos Eletromédicos)
*	Divulgação do resultado da Prova Escrita após recursos e do resultado dos recursos da Prova Prática do PS 74 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Equipamentos Eletromédicos)
*	<b>Convocação para avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda) - conforme subitens 4.12 e 4.13</b>
*	<b>Realização da avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda)</b>
*	Divulgação do resultado preliminar (**) da avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda)
*	Período de recursos quanto ao resultado preliminar da avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda)
*	Divulgação do resultado final da avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda)
*	Divulgação da listagem dos Candidatos Selecionados para a Prova de Títulos
*	<b>Realização da Prova de Títulos</b>
*	Divulgação do resultado preliminar (**) da Prova de Títulos
*	Período de recursos quanto ao resultado preliminar da Prova de Títulos
*	Divulgação do resultado da Prova de Títulos após recursos e do resultado dos recursos
*	Divulgação da classificação preliminar e convocação para realização de sorteio público (em caso de empate na classificação)
*	<b>Realização do sorteio público (em caso de empate na classificação)</b>
*	<b>Divulgação da classificação final</b>

(\*) A definir.

(\*\*) Poderá haver alteração no resultado, conforme recurso (s) interposto (s) provido (s).

Obs.: Todas as divulgações previstas no cronograma acima são disponibilizadas no *site* da FAURGS, <http://portalfaurgs.com.br/concursos>, após as 17h.

# EDITAL Nº 06/2025 DE PROCESSOS SELETIVOS

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) torna pública a realização dos Processos Seletivos acima citados, de acordo com o extrato de divulgação de abertura de inscrições deste Edital, publicado no Diário Oficial da União em 03/10/2025. Os Processos Seletivos reger-se-ão por instruções contidas neste Edital e serão executados em conjunto com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS).

## 1 DAS OCUPAÇÕES/FUNÇÕES

### CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

Nº	PROCESSO SELETIVO	C. H. MENSAL	SALÁRIO INICIAL* (R\$)	VAGA(S) **	PRÉ-REQUISITO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
63	<b>Analista I (Coordenadoria de Gestão dos Negócios Assistenciais)</b>	200	9.409,08 por mês	C.R.	Bacharelado em Administração ou Administração Pública ou Administração Hospitalar ou Gestão de Negócios ou Gestão em Saúde ou outra Graduação com especialização em Gestão Empresarial ou Gestão Hospitalar ou Gestão em Saúde.	Gerenciar as estruturas e serviços assistenciais em conjunto com as equipes multidisciplinares. Monitorar indicadores de desempenho, acompanhar orçamentos e recursos materiais, otimizar processos administrativos e operacionais, propor melhorias, além de garantir dados atualizados e precisos para acompanhamento de investimentos de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto às equipes do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
64	<b>Biólogo I, Biomédico I ou Farmacêutico-Bioquímico I (Hemoterapia)</b>	200	9.409,08 por mês	C.R.	Graduação em Ciências Biológicas, com habilitação em Análises Clínicas, ou Graduação em Biomedicina, com habilitação em Banco de Sangue ou Patologia Clínica, ou Graduação em Farmácia (Farmacêutico Generalista ou Farmacêutico Bioquímico com habilitação em Análises Clínicas), com registro no respectivo Conselho Regional.	Processar, criopreservar, liberar e armazenar sangue, hemocomponentes e células progenitoras hematopoéticas. Realizar controles de qualidade de hemocomponentes, células progenitoras hematopoéticas e reagentes. Realizar e interpretar testes de triagem sorológica de doadores de sangue, testes imunohematológicos de doadores e receptores, incluindo testes pré-transfusionais e liberação de laudos, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
65	<b>Enfermeiro I (Obstetrícia)</b>	180	8.468,18 por mês	C.R.	Graduação em Enfermagem, com registro no Conselho Regional de Enfermagem, e - Especialização ou Residência em Enfermagem Obstétrica, reconhecida pelo Ministério da Educação, ou - Título de Especialista em Enfermagem Obstétrica, fornecido pela Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras.	Atuar no acolhimento e classificação de risco em obstetrícia, prestar assistência à mulher no ciclo gravídico-puerperal e ao recém-nascido, com aplicação da Sistematização da Assistência em Enfermagem. Realizar cuidados de alta complexidade, utilizar métodos não farmacológicos para alívio da dor, estimular o acompanhante, promover o contato pele a pele e o aleitamento na primeira hora de vida. Supervisionar a equipe de enfermagem, materiais, equipamentos e fármacos, participar de discussões clínicas e da passagem de plantão. Colaborar com projetos de qualificação, ensino, pesquisa e extensão em parceria com a Escola de Enfermagem, Residência e UFRGS, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Nº	PROCESSO SELETIVO	C. H. MENSAL	SALÁRIO INICIAL* (R\$)	VAGA(S) **	PRÉ-REQUISITO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
66	<b>Farmacêutico-Bioquímico I (Farmácia Hospitalar)</b>	200	9.409,08 por mês	C.R.	Graduação em Farmácia, com registro no Conselho Regional de Farmácia.	Desenvolver atividades relacionadas à Assistência Farmacêutica em todas as áreas da cadeia de suprimentos, com o objetivo de garantir a qualidade, segurança e o uso seguro e racional dos medicamentos, insumos e produtos para a saúde. As atividades incluem a gestão e logística, cuidado farmacêutico centrado no paciente, integração com a saúde digital, além da participação em atividades de ensino, pesquisa e grupos de trabalho, comprometendo-se com o resultado terapêutico de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
67	<b>Físico I (Medicina Nuclear)</b>	200	9.409,08 por mês	C.R.	Graduação em Física <b>ou</b> Física Médica, <b>e</b> - Título de Supervisor em Radioproteção na Medicina Nuclear, fornecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, <b>e</b> - Título de Especialista em Física em Medicina Nuclear, fornecido pela Associação Brasileira de Física Médica, <b>ou</b> - Residência em Física Médica da Medicina Nuclear, reconhecida pelo Ministério da Educação.	Realizar rotinas de calibração, garantia de qualidade e supervisão de proteção radiológica em Medicina Nuclear, visando a qualidade no atendimento aos pacientes, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
68	<b>Físico I (Radiodiagnóstico)</b>	200	9.409,08 por mês	C.R.	Graduação em Física <b>ou</b> Física Médica, <b>e</b> - Título de Especialista em Física Médica em Radiodiagnóstico, fornecido pela Associação Brasileira de Física Médica, <b>ou</b> - Residência em Física Médica do Radiodiagnóstico, reconhecida pelo Ministério da Educação.	Realizar a calibração e o controle da qualidade das imagens médicas e seus equipamentos emissores de raios X, ressonância magnética e ultrassonografia utilizados no diagnóstico e em procedimentos intervencionistas e supervisionar o uso das radiações e dos equipamentos zelando pela segurança dos trabalhadores, dos indivíduos públicos, dos pacientes e dos ambientes, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
69	<b>Médico I (Neurologia: Demências e Doenças Neurodegenerativas)</b>	150	76,76 por hora	C.R.	Graduação em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina, <b>e</b> - Residência Médica em Neurologia, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica.	Prestar atendimento neurológico na área de Neurologia Geral, Neurologia Cognitiva, Demências e Doenças Neurodegenerativas, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
70	<b>Médico I (Oncologia)</b>	150	76,76 por hora	C.R.	Graduação em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina, <b>e</b> - Residência Médica em Oncologia Clínica, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica.	Prestar atendimento a pacientes oncológicos, e exercer atividades de assistência, ensino e pesquisa junto aos residentes e alunos, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

\* Valor inicial de classe. Cada classe possui dez (10) níveis salariais, sendo o primeiro para admissão e os demais para progressão horizontal que, de forma alternada, possibilitam ao funcionário concorrer anualmente por merecimento ou antiguidade, mediante critérios específicos. Há também a progressão vertical com a possibilidade de crescimento a uma classe salarial superior dentro de sua carreira, a partir de critérios de elegibilidade determinados. Em ambos os casos, além do atendimento aos critérios específicos de cada processo, as progressões estão condicionadas à disponibilidade orçamentária. Observe o subitem 12.11 deste Edital.

\*\* C.R. = Cadastro de Reserva. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo formarão um Cadastro de Reserva de candidatos cuja contratação estará condicionada à existência e/ou criação de vagas no prazo de validade do Processo Seletivo. A classificação do último candidato admitido nos cargos do HCPA, nos últimos cinco (5) anos, encontra-se em "Listagem de Chamadas de Candidatos para os Cargos do HCPA", disponível em: <https://www.hcpa.edu.br/venha-para-o-hcpa/processo-seletivo-publico>

## CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

Nº	PROCESSO SELETIVO	C. H. MENSAL	SALÁRIO INICIAL* (R\$)	VAGA(S)**	PRÉ-REQUISITO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
71	Técnico de Enfermagem (Internação Clínica Adulto)	180	4.878,91 por mês	C.R.	Curso Técnico em Enfermagem, com registro no Conselho Regional de Enfermagem.	Realizar cuidados de enfermagem a pacientes adultos e idosos internados nas áreas clínicas, desenvolvendo trabalho em equipe, sob supervisão do Enfermeiro, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
72	Técnico de Enfermagem (Internação Cirúrgica Adulto)	180	4.878,91 por mês	C.R.	Curso Técnico em Enfermagem, com registro no Conselho Regional de Enfermagem.	Realizar cuidados de enfermagem a pacientes adultos e idosos internados na área cirúrgica, desenvolvendo trabalho em equipe, sob supervisão do Enfermeiro, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
73	Técnico de Enfermagem (Saúde Mental)	180	4.878,91 por mês	C.R.	Curso Técnico em Enfermagem, com registro no Conselho Regional de Enfermagem.	Executar as ações de enfermagem na perspectiva da integralidade do cuidado a usuários com transtornos psiquiátricos, bem como a seus familiares, sob supervisão do Enfermeiro, atuando de forma integrada e ética com a equipe e usuários.
74	Técnico de Manutenção III (Equipamentos Eletromédicos)	200	6.721,14 por mês	C.R.	Ensino Médio completo, e - Curso Técnico em Eletrônica ou Eletroeletrônica ou Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares ou Equipamentos Biomédicos, reconhecido pelo Ministério da Educação, e - Registro no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CFT).	Executar o recebimento, instalação, manutenção (corretiva e preventiva), prestar pronto atendimento nas áreas cirúrgicas em equipamentos médicos-assistenciais e de apoio. Elaborar descrições e pareceres técnicos de equipamentos, acessórios, componentes eletrônicos e peças. Realizar consultoria técnica e atuar de forma planejada e integrada com as demais equipes do Hospital. Garantir o pleno funcionamento do parque de equipamentos, mantendo a qualidade e a segurança nos serviços prestados.
75	Técnico em Radiologia (Radioterapia)	120	4.032,72 por mês	C.R.	Curso Técnico em Radiologia, com registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, e - Especialização em Radioterapia reconhecida e registrada pelo Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia ou Conselho Regional de Técnicos em Radiologia.	Realizar as rotinas de tratamento em radioterapia externa com acelerador linear de fótons e elétrons, simulação convencional e tomográfica, braquiterapia de alta taxa de dose, radiologia convencional, câmara escura e sala de moldes e proteções, observando o trabalho em equipe e a organização hospitalar.

\* Valor inicial de classe. Cada classe possui 14 (quatorze) níveis salariais, sendo o primeiro para admissão e os demais para progressão horizontal que, de forma alternada, possibilitam ao funcionário concorrer anualmente por merecimento ou antiguidade, mediante critérios específicos. Há também a progressão vertical com a possibilidade de crescimento a uma classe salarial superior dentro de sua carreira, a partir de critérios de elegibilidade determinados. Em ambos os casos, além do atendimento aos critérios específicos de cada processo, as progressões estão condicionadas à disponibilidade orçamentária. Observe o subitem 12.11 deste Edital.

\*\* C.R. = Cadastro de Reserva. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo formarão um Cadastro de Reserva de candidatos cuja contratação estará condicionada à existência e/ou criação de vagas no prazo de validade do Processo Seletivo. A classificação do último candidato admitido nos cargos do HCPA, nos últimos cinco (5) anos, encontra-se em "Listagem de Chamadas de Candidatos para os Cargos do HCPA", disponível em: <https://www.hcpa.edu.br/venha-para-o-hcpa/processo-seletivo-publico>.

## 2 DOS BENEFÍCIOS

2.1 Os principais benefícios, opcionais, oferecidos são: plano de previdência complementar, seguro de vida em grupo, vale-alimentação, refeitório, creche, estacionamento e academia de ginástica.

## 3 DA DIVULGAÇÃO

3.1 A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e as divulgações complementares referentes a datas, horários e locais de realização de etapas do Processo Seletivo, Banca Examinadora, resultados, bem como comunicados, informativos e avisos, dar-se-ão pela *Internet*, no site <http://portalfaurgs.com.br/concursos>.

- 3.2 **Não serão encaminhados informativos por e-mail ou via postal a candidatos. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e a consulta de divulgações e publicações dos atos e dos procedimentos deste Processo Seletivo Público.**
- 3.3 Os horários referidos neste Edital seguirão o horário de Brasília.

#### **4 DA INSCRIÇÃO**

- 4.1 As inscrições para o presente Processo Seletivo deverão ser efetuadas **exclusivamente via Internet, através do site <http://portalfaurgs.com.br/concursos>**, no período previsto no Cronograma deste Edital.
- 4.1.1 É vedada a inscrição de ex-empregado do HCPA caso a aposentadoria, requerida e concedida após a entrada em vigor da EC 103/2019, seja decorrente de prévio vínculo com o hospital.
- 4.1.2 Fica assegurada a possibilidade de uso do Nome Social durante o Processo Seletivo.
- 4.1.2.1 Para inclusão do Nome Social nas listas de chamada e nas demais publicações referentes ao Processo Seletivo, o (a) candidato (a) deve preencher no Requerimento Eletrônico de Inscrição (conforme subitem 4.4 deste Edital) e enviar durante o período de inscrições, por meio do endereço eletrônico [concursos.documentos@faurgs.com.br](mailto:concursos.documentos@faurgs.com.br), a Carteira de Nome Social ou Declaração explicitando o uso do Nome Social, datada e assinada pelo próprio candidato. Observação: no campo "Assunto", o candidato deverá especificar 'Nome Social', seu nome completo e o número de sua inscrição. Os documentos de uso administrativo interno conterão tanto o nome social quanto o nome civil, sempre com destaque para o primeiro.
- 4.2 **A inscrição implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições e normas estabelecidas no inteiro teor deste Edital de Abertura e no Requerimento de Inscrição Eletrônico, o qual é parte integrante do referido Edital, não podendo aquele, portanto, alegar desconhecimento.**
- 4.3 **Ao realizar sua inscrição, o candidato torna-se ciente de que, para fins de transparência e publicidade, seu nome, classificação, pontuação e demais dados referentes às suas provas serão divulgados publicamente, na forma acima, com o que deverá estar de pleno acordo. Não será possível a exclusão de tais dados das listagens publicadas.**
- 4.4 **Procedimentos para Inscrição via Internet:**
- 4.4.1 O candidato deverá acessar o *link* de inscrição, **disponível no site da FAURGS**, no período de inscrição, preencher o Requerimento de Inscrição Eletrônico, conferir e confirmar os dados informados e, após, **gerar o boleto bancário**, que será emitido em nome do requerente, para pagamento da taxa de inscrição, em qualquer agência bancária, **impreterivelmente até o dia 04/11/2025**, conforme Cronograma deste Edital. O candidato deverá informar, no ato da inscrição, **o documento oficial de identificação, conforme subitem 4.5**, devendo, preferencialmente, ser o mesmo documento apresentado para realização da prova.
- 4.4.2 O candidato é responsável por conhecer e respeitar o horário bancário (com relação ao processamento de pagamentos) onde for efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, quer seja pelo modo presencial (agências bancárias), quer seja pelo modo virtual (*internet* ou caixas eletrônicos). **Pagamentos realizados no último dia de vencimento do boleto bancário, que estejam em desacordo com o referido horário e que resultem em processamento em data posterior ao último dia de pagamento, ensejarão a não homologação da inscrição. Em nenhuma hipótese será homologada inscrição cujo pagamento tenha sido efetuado em data posterior à prevista neste Edital.**
- 4.4.3 **Não serão aceitos pagamentos por meio de PIX, transferência ou depósito bancário, DOC ou TED, ordem de pagamento, ou por qualquer outro meio que não os explicitados neste Edital.**
- 4.5 **Os documentos aceitos para inscrição e identificação de candidato, na aplicação de Provas, são:** a) carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública – Instituto de Identificação, pela Polícia Federal, pelos Comandos Militares, pela Polícia Militar e pelos órgãos ou conselhos fiscalizadores de exercício profissional; b) Certificado de Reservista; c) Carteira de Trabalho; d) Passaporte; e) Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo expedido na forma da Lei nº 9.503/97), todos com fotografia. **O documento, com fotografia atualizada e válido, deverá conter assinatura do candidato e estar em perfeitas condições (sem avarias e em condições de identificação)**, de forma a permitir, inequivocamente, nos termos da legislação vigente, a identificação do candidato. **NÃO SERÃO ACEITOS NENHUM TIPO DE DOCUMENTO ELETRÔNICO OU CÓPIA DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.**
- 4.5.1 **Os valores da Taxa de Inscrição são os seguintes:**  
- R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) - Nível Superior;  
- R\$ 82,80 (oitenta e dois reais e oitenta centavos) - Nível Médio.
- 4.5.2 O candidato terá sua inscrição aceita somente quando a FAURGS receber da instituição bancária responsável a confirmação de pagamento de sua Taxa de Inscrição. **A FAURGS e o HCPA não se responsabilizam por inscrições ou pagamentos não efetivados devido ao horário bancário, por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.** O descumprimento das instruções acima implicará a não efetivação da inscrição. **É de inteira responsabilidade do candidato a conferência dos números do código de barras quando digitados por ele ou por terceiros.**
- 4.5.3 **Não haverá devolução de taxa paga**, mesmo que o candidato, por qualquer motivo, não tenha a sua inscrição homologada, salvo se for anulada a realização do Processo Seletivo.
- 4.5.4 O ato de inscrição produzirá eficácia somente com sua homologação.

- 4.5.5 **Para fins de homologação de inscrição, será considerada a última inscrição realizada e efetivamente paga pelo candidato.** O candidato só poderá se inscrever em um único Processo Seletivo constante neste Edital.
- 4.5.6 Considerando que todo o procedimento para a inscrição é realizado por meio eletrônico, o candidato não deverá remeter à FAURGS cópia de sua documentação.
- 4.5.7 O candidato deverá guardar seu Requerimento de Inscrição e comprovante de pagamento da Taxa de Inscrição, uma vez que, para obter qualquer informação sobre o Processo Seletivo, deverá indicar o seu número de inscrição, que consta nestes documentos, sendo garantia de sua inscrição no Processo Seletivo.
- 4.5.8 Não serão aceitas inscrições por *e-mail* ou por outras formas não previstas neste Edital - item 4, mesmo que dentro do prazo de inscrição.
- 4.5.9 **O candidato deverá, obrigatoriamente, conferir seus dados inseridos no sistema de inscrição, sendo de sua total responsabilidade as informações prestadas no Requerimento de Inscrição Eletrônico, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou falhas de preenchimento de qualquer campo desse documento.**
- 4.5.10 **A relação dos inscritos, contendo número de inscrição e os locais de prova, será divulgada no site da FAURGS, <http://portalfaurgs.com.br/concursos>, no prazo previsto no Cronograma deste Edital.**
- 4.5.11 **Para solicitação de atendimento especial na realização de provas, no período previsto no Cronograma deste Edital, o candidato deverá**
- preencher o Requerimento de Solicitação Especial (modelo do Anexo II);**
  - acessar o site da FAURGS, onde estará disponível o link eletrônico, para envio da documentação;**
  - preencher os dados constantes no link eletrônico, fazer upload do Requerimento de Solicitação e do Atestado Médico digitalizado que especifique e comprove a necessidade do Atendimento Especial. O tamanho máximo permitido para o anexo da documentação é de 5 Megabytes e nas extensões: JPG, JPEG ou PDF. Os documentos devem estar em perfeitas condições, de forma a permitir a avaliação com clareza;**
  - conferir se o upload da documentação foi efetuado corretamente e clicar no botão de confirmação. Após a confirmação de envio, o candidato visualizará o arquivo de protocolo de envio da documentação, onde constará seus dados, número de protocolo e cópia da documentação enviada, podendo, se desejar, salvar o arquivo.**
- 4.5.11.1 A FAURGS não receberá documentação por outro meio, mesmo que dentro do prazo previsto, que não seja o especificado no subitem 4.5.11 deste Edital ou fora do período previsto no Cronograma deste Edital.
- 4.5.11.2 A FAURGS não se responsabilizará por documentos não anexados, anexados incorretamente ou não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores que impeçam a transferência de dados.
- 4.5.12 **Para amamentação, durante a realização da prova, a candidata deverá fazer sua solicitação de acordo com o disposto no subitem 4.5.11, deste Edital. Deverá, também, levar um acompanhante, que se identificará e ficará em local designado pela FAURGS, para ser responsável pela guarda da criança. A amamentação será concedida somente para filhos de até seis (6) meses de idade, mediante apresentação da Certidão de Nascimento, conforme a Lei nº 13.872, de 17/09/19.**
- 4.5.13 As solicitações de atendimento e/ou condição especial serão avaliadas e autorizadas pela FAURGS, levando em consideração as possibilidades, a razoabilidade do pedido e as normas deste Edital.
- 4.5.14 A resposta para o pedido de atendimento e/ou condição especial, contendo o tipo de atendimento concedido, deverá ser verificada no site da FAURGS.
- 4.6 Da inscrição para candidatos na condição de Pessoa com Deficiência**
- 4.6.1 Considera-se Pessoa com Deficiência o candidato que se enquadrar na legislação vigente.
- 4.6.2 Ao candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, em igualdade de condições com os demais candidatos, desde que cumpra as exigências deste Edital, e que a deficiência de que é portador seja compatível com as atribuições da respectiva ocupação/função.
- 4.6.3 **O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, aprovado na Prova Escrita, deverá enviar obrigatoriamente, para o endereço eletrônico [concursos.documentos@faurgs.com.br](mailto:concursos.documentos@faurgs.com.br), no prazo a ser divulgado posteriormente no site da FAURGS:**
- **Atestado Médico, digitalizado**, comprovando a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID. Este deverá conter ainda, obrigatoriamente, o nome, a assinatura, a data e o número do CRM do Médico, com a indicação da provável causa da deficiência, **emitido com antecedência máxima de um (1) ano da publicação deste Edital**;
  - **Documento de Identificação e CPF, digitalizados;**
  - **E o requerimento específico preenchido, conforme modelo do Anexo I.**
- 4.6.4 O Hospital de Clínicas de Porto Alegre avaliará, por meio de exame médico, se a deficiência apresentada pelo candidato se enquadra nos termos da legislação vigente, e em data anterior à homologação da classificação final, sem prejuízo do disposto no subitem 4.6.2 deste Edital. No momento da avaliação, os candidatos deverão, obrigatoriamente, entregar os originais, ou cópias autenticadas, dos atestados que enviaram à FAURGS através do endereço eletrônico.
- 4.6.5 A convocação do candidato para a avaliação médica será feita por correspondência registrada com Aviso de Recebimento (AR), enviada para o endereço fornecido em seu cadastro, havendo o prazo de três (3) dias úteis, contados a partir do dia

- subsequente à última data informada no aviso de recebimento (AR), para o seu comparecimento no HCPA. Para agilizar o chamamento de candidatos, o **Hospital poderá, também**, fazer contato por telefone ou por *e-mail*.
- 4.6.6 O não comparecimento do candidato convocado, no período acima referido, implicará a perda do direito de concorrer na condição de Pessoa com Deficiência.
- 4.6.7 A compatibilidade entre as atribuições da ocupação/função e a deficiência apresentada pelo candidato, será avaliada por Equipe Multiprofissional do HCPA, durante o período de experiência.
- 4.6.8 **O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência que necessite de atendimento e/ou condição especial** para a realização de Prova deverá atender ao especificado no subitem 4.5.11 deste Edital. Caso necessite de tempo adicional deverá requerê-lo, **com justificativa acompanhada de parecer, especificando o tempo adicional, emitido por especialista da área de sua deficiência**, enviando o parecer juntamente com o requerimento indicado no referido subitem.
- 4.6.9 **A solicitação de atendimento e/ou condição especial de Pessoa com Deficiência** atenderá o disposto no subitem 4.5.13 deste Edital.
- 4.6.10 O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência que solicitar atendimento e/ou condição especial deverá verificar a resposta de seu pedido no *site*, conforme subitem 4.5.14 deste Edital.
- 4.6.11 Os candidatos inscritos como Pessoa com Deficiência terão suas inscrições homologadas preliminarmente, nesta condição, somente depois da análise dos Atestados Médicos.
- 4.6.12 Os candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência participarão do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 4.6.13 Os candidatos aprovados, inscritos na condição de Pessoa com Deficiência, classificados dentro da reserva de vagas para Pessoa com Deficiência, constarão na lista de classificação final da ampla concorrência e na lista específica desta reserva de vagas, na ordem obtida na classificação geral.
- 4.6.14 A homologação final das inscrições dependerá do cumprimento, por parte do candidato, das disposições previstas neste Edital.
- 4.7 Da inscrição para candidatos Indígenas - Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025**
- 4.7.1 Considera-se Indígena o candidato que se enquadrar na legislação vigente.
- 4.7.2 Os candidatos indígenas participarão do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 4.7.3 A observância do percentual de vagas reservadas à Indígenas dar-se-á durante todo o período de validade do Processo Seletivo Público e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos, desde que haja candidatos aprovados.
- 4.8 Do chamamento dos candidatos Indígenas para Avaliação Documental**
- 4.8.1 Serão convocados para avaliação documental conforme Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, os candidatos inscritos, de acordo com o subitem 4.7, que atingirem a nota mínima (e que estiverem dentro do ponto de corte, se houver), conforme disposto no item 13 deste Edital. Edital. A convocação dos candidatos ocorrerá após a divulgação do Resultado Final da Prova Escrita através de publicação, no *site* da FAURGS, da relação dos convocados, contendo os nomes e os números de inscrição desses candidatos.
- 4.8.2 O candidato Indígena, aprovado e convocado, **deverá obrigatoriamente**, no prazo a ser divulgado posteriormente no *site* da FAURGS, **enviar**:
- Documento de identificação civil do candidato, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de **pertencimento étnico**;
  - Documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico do candidato, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia;
- ou**
- Documentos que, na forma estabelecida no Decreto nº 12.536/25, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico do candidato, **tais como**:
    - a) comprovantes de habitação em comunidades indígenas;
    - b) documentos expedidos por escolas indígenas;
    - c) documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
    - d) documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas — Funai ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;
    - e) documentos expedidos por órgão de assistência social;
    - f) documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
    - g) documentos de natureza previdenciária.
- 4.8.3 Para o envio da documentação necessária, o candidato deverá:
- a) **acessar o site da FAURGS**, onde estará disponível o **link eletrônico, para envio da documentação**;
  - b) **preencher os dados constantes no link eletrônico**, fazer **upload dos documentos requeridos**. O tamanho máximo permitido para o anexo da documentação é de 5 *Megabytes* e nas extensões: JPG, JPEG ou PDF. Os documentos devem estar em perfeitas condições, de forma a permitir a avaliação com clareza;

**c) conferir se o *upload* da documentação foi efetuado corretamente e, após, clicar no botão de confirmação.**

Realizada a confirmação de envio, o candidato visualizará o arquivo de protocolo de envio da documentação, onde constará seus dados, número de protocolo e cópia da documentação enviada, podendo, se desejar, salvar o arquivo.

4.8.4 A FAURGS não receberá documentação por outro meio, mesmo que dentro do prazo previsto, que não seja o especificado no subitem 4.8.3 deste Edital ou fora do período previsto no Cronograma deste Edital.

4.8.5 A FAURGS não se responsabilizará por documentos não anexados, anexados incorretamente ou não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores que impeçam a transferência de dados.

4.8.6 A **não** qualificação do candidato como Indígena implicará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos Indígenas e, caso não tenha atingido os critérios classificatórios da ampla concorrência, a sua eliminação no Processo Seletivo.

4.8.7 **Os candidatos, aprovados na Prova Escrita, classificados dentro da cota para candidatos Indígenas**, constarão na lista de classificação final da ampla concorrência e na lista específica desta reserva de vagas, na ordem obtida na classificação geral.

4.8.8 Os candidatos indígenas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência e quilombolas se atenderem a essas condições, conforme o disposto no subitem 4.6 e 4.9 deste Edital.

**4.9 Da inscrição para candidatos Quilombolas - Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025**

4.9.1 Considera-se Quilombola o candidato que se enquadrar na legislação vigente.

4.9.2 Ao candidato Quilombolas, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, em igualdade de condições com os demais candidatos, desde que cumpra as exigências deste Edital.

4.9.3 A observância do percentual de vagas reservadas à Quilombolas dar-se-á durante todo o período de validade do Processo Seletivo Público e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos, desde que haja candidatos aprovados.

**4.10 Do chamamento dos candidatos Quilombolas para Avaliação Documental**

4.10.1 Serão convocados para avaliação documental conforme Decreto nº 12.536/25 os candidatos inscritos, de acordo com o subitem 4.9, que atingirem a nota mínima (e que estiverem dentro do ponto de corte, se houver), conforme disposto no item 13 deste Edital. A convocação dos candidatos ocorrerá após a divulgação do Resultado Final da Prova Escrita através de publicação, no *site* da FAURGS, da relação dos convocados, contendo os nomes e os números de inscrição desses candidatos.

4.10.2 O candidato inscrito na reserva de vagas para Quilombola, aprovado e convocado, **deverá obrigatoriamente**, no prazo a ser divulgado posteriormente no *site* da FAURGS, **enviar**:

- Declaração que comprove o pertencimento étnico do candidato, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do disposto no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;
- Certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como Quilombola a comunidade a qual o candidato pertence.

4.10.3 Para o envio da documentação necessária, o candidato deverá:

**a) acessar o site da FAURGS**, onde estará disponível o **link eletrônico**, para envio da documentação;

**b) preencher os dados constantes no link eletrônico**, fazer **upload dos documentos requeritos**. O tamanho máximo permitido para o anexo da documentação é de 5 *Megabytes* e nas extensões: JPG, JPEG ou PDF. Os documentos devem estar em perfeitas condições, de forma a permitir a avaliação com clareza;

**c) conferir se o *upload* da documentação foi efetuado corretamente e, após, clicar no botão de confirmação.**

Realizada a confirmação de envio, o candidato visualizará o arquivo de protocolo de envio da documentação, onde constará seus dados, número de protocolo e cópia da documentação enviada, podendo, se desejar, salvar o arquivo.

4.10.4 A FAURGS não receberá documentação por outro meio, mesmo que dentro do prazo previsto, que não seja o especificado no subitem 4.10.3 deste Edital ou fora do período previsto no Cronograma deste Edital.

4.10.5 A FAURGS não se responsabilizará por documentos não anexados, anexados incorretamente ou não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores que impeçam a transferência de dados.

4.10.6 A **não** qualificação do candidato como Quilombola implicará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos Quilombolas e, caso não tenha atingido os critérios classificatórios da ampla concorrência, a sua eliminação no Processo Seletivo.

4.10.7 Os candidatos, aprovados na Prova Escrita, classificados dentro da cota para candidatos Quilombolas, constarão na lista de classificação final da ampla concorrência e na lista específica desta reserva de vagas, na ordem obtida na classificação geral.

4.10.8 Os candidatos Quilombolas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, Autodeclarados Negros e Pardos e Indígenas se atenderem a essas condições, conforme o disposto no subitem 4.6, 4.7 e 4.11 deste Edital.

**4.11 Da inscrição para candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) - Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025.**

4.11.1 São considerados negros aqueles que assim se autodeclararem, expressamente, identificados como de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.11.2 Ao candidato que se autodeclarar preto ou pardo, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Público, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 15.142/25.

4.11.3 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a opção por esta vaga.

- 4.11.4 A observância do percentual de vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) dar-se-á durante todo o período de validade do Processo Seletivo Público e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos, desde que haja candidatos aprovados.
- 4.11.5 Os candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) participarão do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 4.11.6 As informações fornecidas pelos candidatos são de sua inteira responsabilidade e, após a homologação final das inscrições, ficarão nos registros cadastrais de ingresso e registradas nos respectivos Requerimentos de Inscrição Eletrônicos.
- 4.11.7 Os candidatos, aprovados na Prova Escrita, classificados dentro da cota para candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos), constarão na lista de classificação final da ampla concorrência e na lista específica desta reserva de vagas, na ordem obtida na classificação geral.
- 4.12 Do chamamento dos candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) para Avaliação da Veracidade da Autodeclaração**
- 4.12.1 Serão convocados para avaliação da veracidade da autodeclaração os candidatos inscritos, de acordo com o subitem 4.11, que atingirem a nota mínima (e que estiverem dentro do ponto de corte, se houver), conforme disposto no item 13 do presente Edital.
- 4.12.2 A avaliação da veracidade autodeclaração será realizada após divulgação do Resultado Final da Prova Escrita, por meio de convocação publicada no *site* da FAURGS, no qual constarão os nomes e os números de inscrição dos candidatos, a data e o local em que estes deverão comparecer.
- 4.12.3 **A presença, na avaliação da veracidade da autodeclaração como pessoa preta ou parda, é obrigatória aos candidatos convocados, conforme subitem 4.13.2, alínea c. Sendo assim, o não comparecimento destes perante a Comissão Específica tornará sem efeito a opção de concorrer às vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos), passando estes a concorrer, automaticamente, às vagas da ampla concorrência.**
- 4.13 Dos procedimentos adotados para Avaliação da Veracidade da Autodeclaração**
- 4.13.1 A avaliação da veracidade da autodeclaração será realizada por Comissão Específica, com poder deliberativo, composta por empregados efetivos do HCPA. A comissão de confirmação complementar à autodeclaração de pessoas pretas e pardas adotará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no concurso público.
- 4.13.2 A avaliação da veracidade da autodeclaração como pessoa preta ou parda considerará os seguintes aspectos:
- Informação prestada pelo candidato, no ato de inscrição, quanto à sua condição de pessoa preta ou parda;
  - Autodeclaração assinada pelo candidato no ato da confirmação da autodeclaração, ratificando sua condição de pessoa preta ou parda, indicada no momento da inscrição;
  - Fenótipo, que será verificado obrigatoriamente com a presença do candidato. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade e em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.
- 4.13.3 No dia de realização da avaliação da veracidade da autodeclaração como pessoa preta ou parda, a FAURGS poderá gravar/filmar a execução da avaliação. O candidato nesse dia deverá preencher e assinar o “Termo de autorização para registro de imagem”. O referido termo será disponibilizado no local da avaliação.
- 4.13.4 O candidato será considerado **não** enquadrado como pessoa preta ou parda, quando
- não cumprir os requisitos elencados no subitem 4.13.2 deste Edital;
  - a Comissão Específica não o identificar como pessoa preta ou parda;
  - não comparecer na avaliação da veracidade da autodeclaração como pessoa preta ou parda.
- 4.13.5 O candidato preto ou pardo que tenha a veracidade de sua autodeclaração confirmada pela Comissão Específica, de que trata o subitem 4.13 do presente Edital, concorrerá concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no Processo Seletivo.
- 4.13.6 Concluídas as análises e emitido parecer conclusivo pela Comissão Específica, será publicada, no *site* da FAURGS, o Resultado da Avaliação da Veracidade da Autodeclaração.
- 4.14 Dos Recursos contra o Resultado da Avaliação da Veracidade da Autodeclaração**
- 4.14.1 O candidato poderá interpor recurso contra o Resultado da Avaliação da Veracidade da Autodeclaração no prazo de dois (2) dias úteis, a partir do primeiro dia útil da publicação do parecer conclusivo com os respectivos resultados da Comissão Específica. O recurso fundamentado deverá ser interposto através do *site* da FAURGS para que, em sistema específico eletrônico, o candidato registre e protocole sua intenção, obedecendo aos preceitos estabelecidos neste Edital.
- 4.14.2 O recurso interposto pelo candidato será julgado pelo Coordenador da Comissão Específica de Avaliação de Recursos, que terá decisão soberana e definitiva.
- 4.14.3 Acolhida a conclusão da Comissão Específica de Avaliação de Recursos pela **não** qualificação do candidato como preto ou pardo, tornar-se-á sem efeito a opção de concorrer às vagas reservadas para pessoas pretas ou pardas, passando o candidato a concorrer às vagas de ampla concorrência e, caso não tenha atingido os critérios classificatórios, conforme item 13 deste Edital, será eliminado do certame.
- 4.14.4 A **não** qualificação do candidato na condição de pessoa preta ou parda implicará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros e, caso não tenha atingido os critérios classificatórios da ampla concorrência, a sua eliminação no Processo Seletivo.

- 4.14.5 Os candidatos autodeclarados negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência e quilombolas se atenderem a essas condições, conforme o disposto no subitem 4.6 e 4.9 deste Edital.
- 4.15 Da solicitação de isenção de Taxa de Inscrição - Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018**
- 4.15.1 Não haverá isenção total ou parcial do valor da Taxa de Inscrição, exceto para candidatos amparados na Lei nº 13.656, de 30/04/18. **Conforme o Art. 1º, da referida lei, a isenção de pagamento da Taxa de Inscrição é possibilitada aos casos previstos nos seguintes incisos:**
- 4.15.2 **I - para candidato que esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico;**
- 4.15.3 **II - aos candidatos doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.**
- 4.15.4 Para solicitar a isenção da Taxa de Inscrição, os candidatos que se enquadrarem nos subitens 4.15.2 ou 4.15.3 **DEVERÃO, até 13/10/25, efetuar** a inscrição eletrônica, conforme instruções do subitem 4.1, **preencher** o campo específico do tipo de isenção – se inscrito no CadÚnico **ou** como doador de medula óssea - **e cumprir, obrigatoriamente, as normas específicas para a isenção pleiteada, disponibilizadas no subitem 4.15.**
- 4.15.4.1 **O candidato inscrito no CadÚnico** deverá informar, no Requerimento de Inscrição Eletrônico, seu número de NIS, número do RG e órgão expedidor, data de nascimento e nome completo da mãe. O candidato inscrito no CadÚnico não precisará enviar cópia de documentação à FAURGS.
- 4.15.4.2 **O candidato doador de medula óssea**, cadastrado no REDOME (Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea), **deverá** informar, no Requerimento de Inscrição Eletrônico, o número de sua carteira de doador **E enviar a documentação comprobatória, impreterivelmente até 13/10/25, conforme segue:**
- a) acessar link específico**, disponível no site da FAURGS, **preencher os dados e fazer o upload do(a):**
- Requerimento de inscrição;
  - Documento de Identificação;
  - Carteira de doador contendo a data de coleta;
  - Atestado, laudo e/ou declaração, contendo o número carteira de doador, data de doação da medula óssea ou de coleta, emitido por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde e assinado por profissional responsável, a fim de comprovar efetivamente sua doação.
- Observação:** A documentação acima deverá ter no máximo de 5 *Megabytes* e ser nas extensões: JPG, JPEG ou PDF. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a avaliação com clareza.
- b) conferir se o upload da documentação foi efetuado corretamente e, após, clicar no botão de confirmação.** Realizada a confirmação, o candidato visualizará o protocolo de envio da documentação, no qual constará os dados do candidato, número de protocolo e cópia da documentação enviada.
- Atenção:** A FAURGS não receberá documentação por outro meio, mesmo que dentro do prazo previsto, que não seja o especificado no subitem 4.15.4.2 ou fora do período previsto no Cronograma deste Edital. Bem como, não se responsabilizará por documentos não anexados, anexados incorretamente ou não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica e/ou outros fatores que impeçam a transferência de dados.
- 4.16 As informações prestadas e o envio da documentação completa, quando for o caso, na Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, arcando este com as consequências de eventuais erros e/ou falhas cometidas. A **FAURGS não aceitará, em hipótese alguma, documentação ou acréscimos de documentação enviados fora do período de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição previsto no cronograma deste Edital.**
- 4.17 A FAURGS procederá à consulta aos órgãos gestores e à análise dos documentos enviados pelo candidato, conforme o enquadramento do candidato, a fim de verificar o cumprimento das normas estabelecidas neste Edital e a veracidade das informações prestadas pelo candidato. **O Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição dependerá exclusivamente da resposta desses órgãos gestores e do cumprimento das normas estabelecidas no subitem 4.15.**
- 4.18 **Não será analisada Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição se não for atendido ao disposto no subitem 4.15.**
- 4.19 De acordo com o Art. 2º, da Lei nº 13.656/18, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir das isenções referidas de que trata o Art. 1º, incisos I e II estará sujeito:
- I - ao cancelamento da inscrição e à exclusão do processo seletivo, se a falsidade for constatada antes da homologação do resultado;
  - II - à exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da contratação para o cargo;
  - III - à declaração de nulidade do ato da contratação, se a falsidade for constatada após a sua contratação.
- 4.20 **O Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição será divulgado no site da FAURGS, conforme Cronograma deste Edital. É de inteira responsabilidade do candidato a consulta e o acompanhamento das publicações.**

- 4.21 O candidato que **não obtiver a isenção de pagamento da Taxa de Inscrição**, e que desejar permanecer no certame, deverá, obrigatoriamente, proceder ao pagamento da taxa até **04/11/25**, sob pena de sua inscrição não ser homologada.
- 4.22 Para fins de consulta aos órgãos gestores - CadÚnico ou REDOME - e para homologação de inscrição isenta, será considerada a última inscrição realizada pelo candidato.

## 5 DA BANCA EXAMINADORA

- 5.1 A composição das Bancas Examinadoras será divulgada no *site* da FAURGS, conforme cronograma deste Edital.
- 5.2 O parentesco consanguíneo ou afim com qualquer candidato, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, constitui razão de impedimento à atuação de membro da Banca Examinadora.
- 5.3 O candidato poderá solicitar a impugnação de qualquer membro da Banca Examinadora, desde que seu recurso esteja acompanhado de justificativa fundamentada, até dois (2) dias úteis após a divulgação da nominata da banca, cumprindo o estabelecido no item 8, deste edital.
- 5.4 Caberá à Comissão do Concurso julgar o pedido de impugnação de membro da Banca Examinadora indicado pela própria Comissão.
- 5.5 Em caso de impugnação, a Comissão do Concurso decidirá pela designação de nova Banca Examinadora, podendo ocorrer alteração no Cronograma deste Edital.

## 6 DOS CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

- 6.1 O Processo Seletivo será composto de provas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme estipulado no item 13 deste Edital - DOS CRITÉRIOS E INFORMAÇÕES ESPECÍFICOS DO PROCESSO SELETIVO, e de avaliação médica a ser realizada pelo Serviço de Medicina Ocupacional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. As provas serão avaliadas em uma escala de zero (0) a dez (10) pontos.
- 6.2 A classificação será obtida através da soma dos produtos das notas de cada prova pelo respectivo peso, conforme especificado neste Edital.
- 6.3 Todos os cálculos de notas serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente posterior se o algarismo da terceira casa decimal (quando houver) for igual ou superior a cinco.
- 6.4 **Em caso de empate na classificação preliminar serão considerados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:**
- 1º candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, nos termos da Lei Federal nº 10.741/03, entre si e frente aos demais, será dada preferência, na classificação, ao de idade mais elevada;
  - 2º maior nota na prova escrita;
  - 3º maior nota na prova prática (se houver);
  - 4º sorteio público.

## 7 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

- 7.1 A prova será realizada na cidade de Porto Alegre, RS, e/ou na Grande Porto Alegre, conforme a necessidade.
- 7.2 **A duração da Prova Escrita será de duas horas e meia (2h30min) a quatro horas (4h). A exata definição do tempo de duração da prova, determinada pela Banca Examinadora, constará nas instruções de cada prova entregue aos candidatos no dia de sua aplicação.**
- 7.3 Os locais de realização das provas e as etapas do Processo Seletivo serão divulgados no *site* <http://portalfaurgs.com.br/concursos>, em datas estabelecidas no Cronograma deste Edital.
- 7.4 Caso o candidato não conste na lista de candidatos homologados, divulgada no *site*, e não apresente, no local de realização de prova, documentação que comprove o pagamento de sua inscrição, **não será permitido** seu ingresso na sala de prova.
- 7.5 **Desde já, fica o candidato convocado a comparecer no local de prova 30 (trinta) minutos antes de seu início, munido, preferencialmente, do mesmo documento válido, com fotografia atualizada, conforme subitem 4.5, que originou sua inscrição, para a identificação em sala de prova.**
- 7.6 **O ingresso em sala de prova só será permitido ao candidato que apresentar documento válido de identificação, conforme subitem 4.5 deste Edital, ou, se for o caso, documento de órgão policial, de valor legal, que ateste o registro de ocorrência de perda, furto ou roubo de seu documento de identificação, emitido com antecedência máxima de 30 (trinta) dias da data de aplicação da prova. O candidato deverá levar cópia desse registro policial no dia de aplicação da prova para ser entregue ao Coordenador e, após a realização desta, em até 48 horas, deverá entregar, pessoalmente ou por meio de procurador, na FAURGS, outro documento válido de identificação.**
- 7.6.1 O candidato que se enquadrar na situação descrita anteriormente só poderá fazer a prova se autorizado e mediante ao preenchimento de Termo de Realização de Prova em Caráter Condicional.
- 7.7 Não será permitido o ingresso, em sala, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova, exceto se acompanhado por Representante da Coordenação do Processo Seletivo.
- 7.8 Não haverá segunda chamada para qualquer prova, nem sua aplicação fora de horário, data e local pré-determinados. Casos excepcionais serão analisados pela FAURGS.

- 7.8.1 Não será permitido o ingresso, em sala, de candidato que se apresentar fora do local que lhe foi designado por Lista de Convocação para a realização da prova, exceto para casos de atendimento especial, conforme a necessidade.
- 7.9 Durante a realização da prova, o candidato estará sujeito à revista com detectores de metal e à coleta de sua assinatura e de sua impressão digital.
- 7.10 O candidato que comparecer para realizar a prova **não deverá, sob pena de ser excluído do certame, portar relógios, armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, telefones celulares, *pen drives* ou quaisquer outros tipos de aparelhos eletrônicos, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos/próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, exceto em situações autorizadas pela Comissão do Concurso e/ou determinadas em lei.** O candidato que necessitar utilizar aparelhos/próteses auditiva, lupa, óculos escuros, ou outro aparelho, para a realização da prova, deverá solicitar atendimento especial, conforme disposto no subitem 4.5.11 deste Edital.
- 7.11 **Candidato que portar objeto ou adereço acima especificado, no local de prova, deverá, antes do início da prova, identificar e lacrar esse material e armazená-lo em embalagem fornecida pela FAURGS.** Os celulares deverão ser desativados para acondicionamento nessa embalagem. Todo o material não permitido, obrigatoriamente, deverá ser acomodado em local indicado pelo fiscal e ali permanecer até o término da prova do candidato. **Se assim não proceder, o candidato será excluído do Processo Seletivo. A FAURGS não se responsabilizará por perdas ou extravios de documentos, objetos ou de equipamentos eletrônicos, que ocorram no local de prova, nem por danos neles causados.**
- 7.12 Se, a qualquer tempo, for constatada, por meios eletrônicos, estatísticos, visual, grafológico ou através de investigação policial, o uso de processo ilícito por parte do candidato, sua prova será anulada e ele, automaticamente, excluído do Processo Seletivo.
- 7.13 **Se o candidato for flagrado, durante a realização de sua prova, portando ou utilizando aparelhos e/ou dispositivos eletroeletrônicos, será automaticamente excluído do Processo Seletivo, através do registro no Termo de Exclusão.**
- 7.14 Não será permitida a permanência, nas dependências dos locais de prova, de pessoas estranhas ao certame ou de candidato que encerrou sua prova, exceto em caso de Atendimento Especial Concedido. Casos excepcionais serão analisados pela FAURGS.
- 7.15 **Para a Realização da Prova Escrita**
- 7.15.1 A Prova Escrita será realizada em data prevista no cronograma deste Edital. Os locais de prova serão divulgados conforme especificado no subitem 3.1.
- 7.15.2 **É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de prova munido de caneta esferográfica, preferencialmente de tinta azul, de escrita grossa, para a adequada realização de sua prova. Não será permitido o uso de lápis, marca-textos, réguas, lapiseiras/grafites e/ou borrachas durante a realização da prova. A FAURGS NÃO FORNECERÁ CANETAS A CANDIDATOS.**
- 7.15.3 Não será permitida nenhuma espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de instrumentos de cálculo ou outros instrumentos eletrônicos, exceto nos casos em que forem pré-estabelecidos no item 13 deste Edital.
- 7.15.4 O candidato poderá se retirar da sala de prova uma hora (1h) após o seu início. **Para levar o Caderno de Questões, o candidato deverá se retirar da sala de aplicação de prova transcorrida uma hora e trinta minutos (1h30min) após o início. O candidato não poderá anotar/copiar suas respostas de prova, exceto no Caderno de Questões.**
- 7.15.5 Os candidatos terão o direito de permanecer na sala de prova até que o último candidato a conclua, desde que permaneçam em silêncio.
- 7.15.6 Após concluir a prova e se retirar da sala, o candidato somente poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de prova se for autorizado pela Coordenação do Prédio e se estiver acompanhado de um fiscal.
- 7.15.7 Para realizar a Prova Escrita, o candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Respostas (Folha Óptica) pré-identificada. O candidato deverá inserir seu nome e número de inscrição na capa do Caderno de Questões, conferir rigorosamente seus dados constantes na Folha de Respostas e assinar no local designado. As instruções contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas fazem parte da prova e deverão ser obrigatoriamente cumpridas.
- 7.15.8 **Ao concluir a Prova Escrita, o candidato deverá devolver, obrigatoriamente, ao fiscal da sala a Folha de Respostas (Folha Óptica). Se assim não proceder, será excluído do Processo Seletivo.**
- 7.15.9 Não serão computadas questões que não forem assinaladas na Folha de Respostas de modo pertinente, sem emendas ou rasuras, bem como questões que contenham mais de uma resposta, ainda que legíveis.
- 7.16 **Para a Realização da Prova de Títulos**
- 7.16.1 Os Títulos deverão ser enviados exclusivamente pela *internet*, juntamente com o Formulário de Relação de Títulos preenchido, através do *site* <http://portalfaurgs.com.br/concursos>, em *link* específico.
- 7.16.2 Procedimentos para o envio dos Títulos:
- a) acessar o *site* da FAURGS, onde estará disponível o *link* eletrônico para o envio dos Títulos e para o *upload* dos documentos digitalizados para avaliação, conforme período e horários a serem divulgados no Cronograma de Execução;
- b) preencher o Formulário de Relação de Títulos, disponível no Anexo III deste Edital, e fazer *upload* deste documento, **juntamente** com os demais documentos digitalizados. Para preenchimento desse formulário, deverá ser observada a numeração constante no conteúdo da Prova de Títulos, no item 13 deste Edital, que relaciona os tipos de documentos que serão avaliados, sua pontuação e outras exigências. Os comprovantes dos documentos relacionados pelo candidato deverão ser numerados na mesma sequência em que constarem nesse formulário;

c) preencher os dados constantes no *link* eletrônico, conferir se o *upload* da documentação foi efetuado corretamente e, após, clicar no botão de confirmação. Realizada a confirmação de envio, o candidato visualizará o arquivo de protocolo de envio da documentação, onde constará seus dados, número de protocolo e cópia da documentação enviada, podendo, se desejar, salvar o arquivo;

d) anexar a documentação com tamanho máximo de 5 *Megabytes* e nas extensões: JPG, JPEG ou PDF. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a avaliação com clareza. Se o nome do candidato for diferente do registrado nos Títulos, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento);

e) os Títulos deverão ser anexados **até as 17 (dezesete) horas** do último dia previsto no Cronograma de Execução.

7.16.3 **Os certificados digitais deverão ter a assinatura eletrônica com informação sobre a autenticidade. Atenção:** o candidato é responsável por verificar o correto *upload* da documentação assinada no Sistema de envio de Títulos.

7.16.4 A FAURGS não receberá Títulos por outro meio, mesmo que dentro do prazo previsto, que não seja o especificado no subitem 7.16 deste Edital ou fora do período e horário divulgados para o envio desses documentos, conforme expresso no Cronograma de Execução.

7.16.5 A FAURGS não se responsabilizará por Títulos não anexados, anexados incorretamente ou não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, **congestionamento das linhas de comunicação** e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores que impeçam a transferência de dados.

7.16.6 O preenchimento e o envio do Formulário de Relação de Títulos, bem como o *upload* da documentação e a adequada comprovação da titulação ali relacionada, são de inteira responsabilidade do candidato, arcando este com as consequências de eventuais falhas e/ou erros cometidos.

7.16.7 Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos Títulos apresentados, a respectiva pontuação do candidato será anulada.

7.16.8 **Na avaliação dos Títulos, serão considerados, além dos especificados no item 13 deste Edital, os seguintes critérios.**

a) **Títulos adquiridos até a data da publicação do presente edital.**

b) Trabalhos publicados sem o nome do candidato deverão ser acompanhados de documento comprobatório da autoria, emitido pelo editor ou dirigente do órgão editor.

c) Dissertações de mestrado e de doutorado não serão consideradas como trabalhos publicados para efeito de contagem de pontos, salvo em formato livro.

d) Na apreciação das publicações indexadas, deverão ser considerados livros e artigos que tenham sido publicados por editoras e periódicos reconhecidos por agência de controle de publicações nacionais e internacionais.

e) Para as publicações não indexadas, serão consideradas como comprovantes válidos de cada publicação somente a capa e as páginas que atestem sua autoria.

f) O mesmo trabalho/atividade será pontuado(a) somente uma vez.

g) Não serão atribuídos pontos a curso não concluído, nem à disciplina ou módulo de curso.

h) Os pontos que excederem o valor máximo fixado na Prova de Títulos serão desconsiderados.

i) Os comprovantes de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecida, nos termos da legislação vigente.

j) Para comprovação de escolaridade, serão aceitos certificados, atestados ou declarações de conclusão, emitidos pela instituição de ensino. No caso da apresentação de declarações ou atestados de conclusão, estes deverão conter as informações de finalização de todos os créditos ou etapas necessárias para a conclusão do curso.

k) **Para comprovação de experiência profissional**, serão considerados os seguintes documentos:

- **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):**

**Modelo Físico:** páginas com os dados do candidato; registro do contrato de trabalho com todos os campos preenchidos, inclusive o campo com data de rescisão e de alteração contratual, quando for o caso, com as devidas assinaturas. Se o campo com a data de rescisão contratual não estiver preenchido ou o cargo/função não estiver especificando área de atuação, deverá ser entregue declaração da empresa, conforme detalhamento descrito abaixo, em "Declaração".

**Modelo Digital:** página detalhada do aplicativo em que constem os dados do candidato; registro do contrato de trabalho com todos os campos preenchidos inclusive o campo com data de rescisão e de alteração contratual, quando for o caso. Se o campo com a data de rescisão contratual não estiver preenchido ou o cargo/função não estiver especificando área de atuação, deverá ser entregue declaração da empresa, conforme detalhamento descrito abaixo, e extrato Previdenciário emitido pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais), nos últimos 30 dias.

- **Declaração da empresa:** deverá ser entregue em papel timbrado, contendo a especificação do CNPJ, devidamente assinada pelo departamento de pessoal ou por autoridade responsável pela empresa/instituição, que especifique claramente cargo/função exercido (a) pelo candidato, período de trabalho (data de início: dia, mês e ano) e de permanência ou término.

- **Perfil Profissiográfico Previdenciário:** o documento deverá conter os dados do candidato, a descrição do cargo, área de atuação, período de trabalho, data, assinatura e carimbo da instituição empregadora.

- **Profissionais Autônomos:** somente será considerada a prestação de serviço para pessoa jurídica, devendo essa ser comprovada através de declaração da empresa em papel timbrado, devidamente assinada pelo departamento de pessoal ou por autoridade responsável pela empresa/instituição, que especifique o serviço prestado e o tipo de vínculo com a empresa, o período de trabalho (data de início: dia, mês e ano) e de permanência ou término, a função e a área de atuação.

- **Servidor Estatutário:** serão aceitas declarações e/ou certificações emitidas pelo departamento de pessoal da respectiva pessoa jurídica, em papel timbrado, com a especificação do CNPJ, contendo o período de trabalho (data de início: dia, mês e ano) e de permanência ou término, a função e a área de atuação do servidor.

l) A comprovação de docência deve ser feita mediante apresentação de declaração emitida por Instituição de Ensino, em documento oficial, devidamente assinada pelo departamento de pessoal ou por autoridade responsável pela empresa/instituição, especificando o cargo e período, além da disciplina ministrada.

m) A comprovação de preceptoria deve ser feita mediante apresentação de atestado ou declaração emitida pela Coordenação da Comissão de Residência ou autoridade similar, em documento oficial, especificando tal atuação e período realizado.

n) Os documentos apresentados em língua estrangeira, exceto em espanhol e em inglês, deverão ser traduzidos e conter o nome legível e a assinatura de tradutor juramentado.

o) A Banca Examinadora poderá, a qualquer tempo, exigir do candidato a apresentação de original do Título enviado.

p) **Uma vez enviados os Títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos em fase recursal.**

7.16.9 **A Banca Examinadora em hipótese alguma avaliará ou analisará Títulos antecipadamente.**

7.16.10 Os candidatos que não enviarem Títulos permanecerão com os pontos obtidos na Prova Escrita, considerando que a Prova de Títulos tem caráter classificatório.

## **8 DA VISTA DE PROVAS, DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E DA ANULAÇÃO DA PROVA E DE QUESTÕES**

8.1 O candidato poderá obter vista de sua prova e Folha de Respostas (Folha Óptica), de acordo com as orientações abaixo:

8.1.1 No prazo de dois (2) dias úteis a contar da data subsequente à da publicação do resultado preliminar da Prova (Escrita, Prática ou de Títulos), o candidato poderá ter vista de sua prova/avaliação.

8.1.2 Para visualizar a Folha de Respostas, no período de recursos quanto ao resultado preliminar da Prova Escrita, o candidato deverá acessar o *link* "área do candidato", disponibilizado no *site* <http://portalfaurgs.com.br/concursos>.

8.2 **O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar o site acima para, em sistema eletrônico específico, registrar essa intenção.** O prazo para a interposição de recursos será de dois (2) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediato ao da publicação dos respectivos resultados.

8.3 **Não se conhecerão recursos** que não contiverem fundamentação, que não apresentem a documentação adequada para instruí-los, ou que contiverem nome, marcas e/ou sinais que identifiquem o candidato no arrazoado (nos casos de recursos de gabarito e de Prova Escrita). O recurso deverá indicar, com clareza, seu objeto e razões, fatos e circunstâncias justificadoras da inconformidade do interessado. A fundamentação do recurso deve conter, no máximo, 8.000 caracteres.

8.4 **Não serão conhecidos recursos** interpostos fora do prazo estabelecido no cronograma ou que estejam em desconformidade com o disposto neste Edital.

8.5 Admitir-se-á um (1) único recurso para cada candidato, para cada questão ou evento, sendo desconsiderados recursos de igual teor.

8.6 Não serão encaminhadas respostas individuais a candidatos por quaisquer outros meios que não o disposto neste Edital.

8.7 Todos os recursos interpostos deverão obedecer aos preceitos estabelecidos neste Edital e **ser enviados em sistema eletrônico específico**, não sendo aceitos os enviados por *e-mail* ou por outro meio que não o especificado no item 8 deste Edital, mesmo que dentro do prazo estabelecido para esta finalidade.

8.8 O candidato poderá ter acesso a resposta da Banca Examinadora para seu recurso, a partir do primeiro dia útil da divulgação do resultado após recursos da etapa a que se refere.

8.9 **A prova será anulada:**

8.9.1 se forem constatadas irregularidades formais na realização do Processo Seletivo;

8.9.2 se houver inobservância quanto a seu sigilo;

8.9.3 se forem anuladas questões que, juntas, representem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da prova.

8.10 Em caso de anulação de prova, esta deverá ser repetida, mantidos o número e o valor das questões e observado igual peso, e somente poderão realizá-la os candidatos que tiverem prestado a prova anulada.

8.11 **Em caso de anulação de questões**, os respectivos pontos serão atribuídos a todos os candidatos. **Se houver alteração de gabarito, por ofício ou através de recurso**, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido. As provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme a alteração, podendo ocorrer mudança da classificação inicialmente obtida, para uma classificação superior ou inferior, ou até mesmo a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

8.12 Quando houver alterações em notas de candidatos, após julgamento de recursos interpostos, a relação das notas alteradas será publicada no *site* da FAURGS.

## **9 DA HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

- 9.1 Somente após a realização da(s) prova(s) e a apreciação de pedidos de recursos, ocorrerá a homologação da classificação final do Processo Seletivo.

## **10 DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO**

- 10.1 O Processo Seletivo terá validade de dois (2) anos a contar da data de publicação da homologação da classificação final deste processo, prorrogável, uma vez, por igual período, a critério do Hospital de Clínicas, nos termos do Art. 37, inciso III, da Constituição Federal.
- 10.2 A decisão da prorrogação ou não do prazo de validade do Processo Seletivo será tornada pública através do *site* do HCPA e, também, na imprensa.

## **11 PREENCHIMENTO DAS VAGAS**

- 11.1 O HCPA reserva-se o direito de chamar os candidatos aprovados no Processo Seletivo, de acordo com as respectivas ordens de classificação, na medida de suas necessidades. A aprovação do candidato no Processo Seletivo, bem como na avaliação médica, não assegura o direito à admissão, mas apenas a sua expectativa, segundo a respectiva ordem de classificação.
- 11.2 O candidato poderá desempenhar suas atividades em qualquer unidade do Hospital.
- 11.3 O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de **vaga definitiva (contrato por prazo indeterminado)** no quadro de pessoal do HCPA, desde que venha a existir vaga para este fim. Entretanto, considerando o princípio da continuidade do serviço público, conforme necessidade e respeitando a ordem de classificação, os candidatos aprovados poderão ser chamados para o preenchimento de **vaga temporária (contrato por prazo determinado)**, por período não superior a dois (2) anos, para fins de substituições de afastamentos de funcionários do HCPA (licença-saúde, licença-maternidade, entre outros).
- 11.4 Preenchimento de vagas definitivas (contrato por prazo indeterminado)**
- 11.4.1 O candidato chamado para o preenchimento de **vaga definitiva**, quando não aceitar a contratação na vaga oferecida, deverá formalizar sua desistência por meio da assinatura de Termo Específico para este fim, junto ao Serviço de Seleção ou através de *e-mail*, anexando neste caso, documento de identificação com foto.
- 11.4.2 No caso de desistência definitiva, o candidato será automaticamente excluído do cadastro de candidatos do respectivo Processo Seletivo e, no caso de desistência temporária, o candidato passará para o último lugar da lista de classificados, podendo ser chamado mais uma vez, respeitando-se a ordem de classificação e o prazo de validade do Processo Seletivo.
- 11.4.3 No caso de aceitação de **vaga definitiva** e não comprovação de pré-requisitos, o candidato passará para o último lugar da lista de classificados desse Processo Seletivo, podendo ser chamado mais uma vez, respeitando-se a ordem de classificação e o prazo de validade do Processo Seletivo.
- 11.5 Preenchimento de vagas temporárias (contrato por prazo determinado)**
- 11.5.1 Se o candidato chamado para o preenchimento de **vaga temporária** (contrato por prazo determinado) não aceitar essa contratação, deverá formalizar sua desistência por meio da assinatura de Termo Específico para este fim, junto ao Serviço de Seleção ou através de *e-mail*, anexando neste caso, documento de identificação com foto.
- 11.5.2 O candidato que aceitar o preenchimento de **vaga temporária** (contrato por prazo determinado) manterá a sua ordem de classificação.
- 11.5.3 No caso de aceitação de **vaga temporária** (contrato por prazo determinado) e não comprovação de pré-requisitos, o candidato será considerado desistente de vaga temporária (contrato por prazo determinado) pelo período de um (1) ano.
- 11.6 A admissão de Pessoa com Deficiência, Autodeclarado Negro (preto ou pardo), Indígena e Quilombola aprovados no respectivo Processo Seletivo, obedecerá aos seguintes critérios:**
- a) **A primeira vaga do cadastro da ocupação/função será destinada a um candidato na condição de Pessoa com Deficiência**, conforme ordem de classificação. Não existindo cadastro de candidatos nesta condição, a vaga será revertida para a ampla concorrência.
- b) As próximas vagas destinadas aos candidatos na condição de Pessoa com Deficiência, respeitarão a proporcionalidade de um (1) candidato a cada um (1) admitido pela ampla concorrência desse cadastro.
- c) **A terceira vaga do cadastro da ocupação/função será destinada a um candidato Autodeclarado Negro (preto ou pardo)**, conforme ordem de classificação. Não existindo cadastro de candidatos nesta condição, a vaga será revertida para Indígenas, não havendo candidatos nesta condição, será revertida para Quilombolas e não havendo candidatos nesta condição para ampla concorrência.
- d) As próximas vagas destinadas a candidatos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) respeitarão a proporcionalidade de cotas, conforme a Lei nº 15.142/25 e Decreto nº 12.536/25, do total de candidatos aprovados para a respectiva ocupação/função, observando-se a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência desse cadastro.
- e) **Os chamamentos de candidatos inscritos na condição de Indígenas respeitarão a proporcionalidade de cotas, conforme a Lei nº 15.142/25 e Decreto nº 12.536/25**, do total de candidatos aprovados para a respectiva ocupação/função, observando-se a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência desse cadastro.
- f) **Os chamamentos de candidatos inscritos na condição de Quilombolas respeitarão a proporcionalidade de cotas, conforme a Lei nº 15.142/25 e Decreto nº 12.536/25**, do total de candidatos aprovados para a respectiva

ocupação/função, observando-se a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência desse cadastro.

g) Os candidatos que figurarem na lista de classificação final homologada de Ampla Concorrência, Autodeclarado Negro (preto ou pardo), Indígena, Quilombola e/ou de Pessoa com Deficiência, serão chamados **somente** na condição que ocorrer primeiro, conforme melhor classificação obtida.

11.7 Conforme a necessidade do HCPA, poderá ser oferecida ao candidato contratação em **vaga definitiva** ou **temporária** na mesma ocupação, porém em área diferente da qual prestou o Processo Seletivo, desde que devidamente habilitado. Nesse caso, o candidato chamado para o preenchimento de **vaga definitiva** ou **temporária**, quando não aceitar a contratação deverá assinar Termo de Desistência específico para este fim. Nessa situação e no caso de preenchimento de vaga temporária ou definitiva, o candidato permanecerá na mesma ordem de classificação do respectivo Processo Seletivo realizado. Surgindo vaga na área de origem durante a validade do Processo Seletivo e respeitada a ordem de classificação do cadastro, o candidato será convocado para optar por sua permanência na área atual ou pela transferência para área de origem do Processo Seletivo.

11.8 **A convocação oficial de candidatos para o processo de contratação** será feita através de correspondência registrada com Aviso de Recebimento (AR), enviada ao endereço informado pelo candidato no Requerimento de Inscrição Eletrônico. **Haverá o prazo de três (3) dias úteis, contados a partir do dia subsequente à última data informada no Aviso de Recebimento (AR), considerando-se os procedimentos das normas postais, para o candidato manifestar, por escrito, sua aceitação ao preenchimento de vaga através de Termo de Convocação para Admissão.** Com a finalidade de agilizar o chamamento de candidatos aprovados, o HCPA poderá fazer contato por telefone ou por *e-mail*.

11.9 **Os candidatos aprovados deverão, durante o prazo de validade do respectivo Processo Seletivo, manter seus endereços atualizados junto ao Serviço de Seleção do Hospital. A correspondência enviada ao endereço fornecido pelo candidato presume-se entregue.**

11.10 O candidato convocado pelo Serviço de Seleção do Hospital, para preenchimento de vaga definitiva, que não comparecer no prazo estipulado, passará, automaticamente, uma única vez, para o último lugar da lista de classificados para a respectiva ocupação e/ou função para a qual está sendo convocado, e, na segunda chamada, se não houver comparecimento, estará excluído do Processo Seletivo. Quando a vaga for temporária (contrato por prazo determinado), o candidato que não comparecer no prazo estipulado será considerado desistente de vaga temporária pelo período de um (1) ano, a contar do retorno da correspondência registrada.

11.11 **A admissão do candidato fica condicionada à apresentação e à entrega de comprovantes de pré-requisitos, conforme exposto no subitem 7.16.8, alíneas i e j, e demais documentos necessários, conforme solicitado pelo HCPA. Em relação à comprovação do pré-requisito sobre a escolaridade, quando inicialmente apresentado atestado ou declaração de conclusão provisória, o candidato ficará responsável pela entrega do documento definitivo, no prazo estabelecido pelo Serviço de Seleção do HCPA.**

**A admissão do candidato requer ainda as seguintes condições:**

11.11.1 ser brasileiro nato, naturalizado, ou português amparado pelo parágrafo 1º, do Art. 12 da Constituição Federal. Candidato com nacionalidade portuguesa, deverá apresentar documento comprobatório de estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, na forma do disposto no Decreto nº 70.436, de 18/04/72;

11.11.2 ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

11.11.3 estar no gozo de direitos civis e políticos e quite com a Justiça Eleitoral;

11.11.4 estar quite com o Serviço Militar, quando do sexo masculino;

11.11.5 possuir, no prazo de cinco (5) dias úteis após a convocação para admissão e aceitação da vaga oferecida, o pré-requisito estabelecido neste Edital;

11.11.6 não ter encerrado seu vínculo empregatício (contratual) com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre por um dos motivos elencados no art. 482 da CLT;

11.11.7 se a função/ocupação para qual o candidato for contratado possuir órgão fiscalizador do exercício profissional específico, o candidato deverá estar inscrito neste órgão e quite para com as demais exigências legais;

11.11.8 os candidatos aprovados nos Processos Seletivos de **Médico I** deverão estar com as especialidades médicas e as áreas de atuação registradas junto ao Conselho Regional de Medicina (RQE);

11.11.9 não ter 75 anos de idade ou mais, conforme estabelecido pelo § 16º do artigo 201 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

11.12 Na avaliação médica, o candidato será avaliado de acordo com a ocupação/função que irá exercer, sendo condição para admissão o conceito "APTO". Caso a área de Medicina Ocupacional julgue necessário, o candidato poderá ser avaliado, também, por outra especialidade médica.

11.13 O candidato, por ocasião da sua admissão no quadro de pessoal deste Hospital, deverá preencher formulário(s) referente(s) aos Anexos I, II e III, da Instrução Normativa nº 11, de 17/10/96, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, bem como entregar cópia de declaração de bens e renda no ano em curso, caso venha a perceber função gratificada.

11.14 A admissão do candidato fica ainda condicionada à observância do artigo 37, inciso XVI, referente à acumulação de cargos públicos e, do artigo 37, § 14, referente à aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, incluindo o Regime Geral de Previdência Social, ambos da Constituição Federal.

- 11.15 O candidato, por ocasião de sua admissão, deverá preencher o requerimento de vale-transporte, anexando ao mesmo o comprovante de residência. De acordo com a legislação em vigor, o vale-transporte somente será concedido aos funcionários que utilizam transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual, desde que possuam características semelhantes aos urbanos, conforme informações concedidas pelo DAER-RS (Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem).
- 11.16 **A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podendo o empregado trabalhar em períodos diurnos e noturnos, segundo a exigência do serviço, inclusive em sistemas de escalas de horário e sobreaviso.**

## **12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1 **O Cronograma para a realização do Processo Seletivo poderá ser alterado pelo HCPA e/ou pela FAURGS a qualquer momento, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor ou algo a reivindicar.**
- 12.2 As referências recomendadas, indicadas no item 13, encontram-se disponíveis em bibliotecas, na *internet* e/ou em livrarias.
- 12.3 **A Banca Examinadora em hipótese alguma avaliará Pré-requisitos antecipadamente.**
- 12.4 **Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:**
- 12.4.1 Prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, sendo que a inexatidão das informações, a irregularidade dos documentos ou a não comprovação destes, no prazo solicitado pelo HCPA, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição;
- 12.4.2 For responsável por falsa identificação pessoal e/ou se utilizar de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer etapa da realização deste Edital;
- 12.4.3 For apanhado em flagrante, portando materiais, artefatos ou adereços não permitidos nos termos dos subitens 7.10, deste Edital, ou utilizando qualquer meio na tentativa de burlar a prova;
- 12.4.4 Recusar se submeter, na aplicação de prova, à coleta de sua impressão digital, quando for o caso, e/ou à revista por detector de metais;
- 12.4.5 Faltar a qualquer uma das fases de seleção, quando convocado pelo HCPA, exceto na Prova de Títulos;
- 12.4.6 Não apresentar, dentro do prazo estipulado no Termo de Realização de Prova em Caráter Condicional, quaisquer documentos faltantes;
- 12.4.7 For incorreto ou descortês para com examinadores, coordenadores, fiscais ou representantes do HCPA e da FAURGS, presentes em qualquer das fases do Processo Seletivo;
- 12.4.8 Se ausentar da sala sem acompanhamento de fiscal, antes de ter concluído a Prova Escrita;
- 12.4.9 **Não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas;**
- 12.4.10 **Não devolver a Folha de Respostas, ao concluir a Prova Escrita, conforme especificado no subitem 7.15.8;**
- 12.4.11 Infringir ou se recusar a obedecer a qualquer outra disposição deste Edital.
- 12.5 **São considerados documentos de identificação somente os expostos no subitem 4.5 deste Edital.**
- 12.6 Para comprovação de experiência profissional, serão considerados os documentos expostos no subitem 7.16.8, alínea *k*.
- 12.7 Os documentos apresentados em língua estrangeira deverão seguir o disposto no subitem 7.16.8, alínea *n*.
- 12.8 De acordo com a necessidade, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre poderá realizar Processo Seletivo Público para as ocupações nas quais ainda exista cadastro-reserva, garantindo-se a prioridade de convocação de candidatos pertencentes ao cadastro mais antigo, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo. O HCPA poderá realizar novo Processo Seletivo Público para a mesma ocupação, caso se esgote a listagem de habilitados.
- 12.9 O HCPA e a FAURGS **não se responsabilizarão** por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a esses Processos Seletivos, elaborados e/ou confeccionados por terceiros. Eventuais despesas de deslocamento, transporte, alimentação ou hospedagem para a realização do Concurso correrão por conta dos candidatos, eximindo-se a FAURGS e o HCPA da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.
- 12.10 A adaptação dos funcionários admitidos pelo HCPA em suas funções e no ambiente de trabalho, bem como em toda a Instituição, segundo suas políticas e normas, durante o período probatório, é condição indispensável para sua manutenção nas respectivas ocupações, não se induzindo ser isso estabilidade, de todo inexistente.
- 12.11 Para atender a determinações ou a conveniências administrativas, o HCPA poderá alterar o seu Plano de Cargos e Salários vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções referem-se aos termos dos Regulamentos em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão ou da readmissão de candidatos, significará, por parte destes, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Salários.
- 12.12 Para candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência, observar-se-á o disposto na legislação vigente.
- 12.13 Após a admissão de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.
- 12.14 Os candidatos incluídos nos percentuais de reserva de cadastro de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), Indígenas e Quilombolas que obtiverem notas na Prova Escrita dentro do cadastro de Ampla Concorrência, constarão em todas as listas e serão participantes nas condições que se enquadrarem, na classificação final, cabendo o chamamento na condição que ocorrer primeiro.
- 12.15 Independentemente de os candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), Indígena e Quilombolas constarem em listagens separadas, se não houver candidatos para preenchimento dos 30% previstos para formação de cadastro de candidatos, estas posições não serão revertidas para Ampla Concorrência.
- 12.16 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do HCPA, ouvida a FAURGS.

- 12.17 Em atendimento à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a FAURGS e o HCPA realizam o tratamento de dados pessoais, de acordo com as disposições legais vigentes, especialmente aquelas visando dar efetiva proteção aos dados coletados, utilizando-os tão somente para os fins necessários da execução desse Processo Seletivo Público.
- 12.18 O candidato, denominado titular dos dados pessoais, autoriza a FAURGS a realizar o tratamento dos dados para os fins de cumprimento de obrigações decorrentes da legislação e, ao se inscrever nesse processo seletivo, declara seu expresso consentimento para a coleta, tratamento e armazenamento:
- De seus dados pessoais e documentos apresentados durante as etapas determinadas neste Edital de Abertura, aos quais terão acesso a FAURGS e o HCPA, participantes na realização das publicações previstas no cronograma deste Edital;
  - Das listas de presença, das avaliações e convocações que se façam necessárias em cada fase, e que poderão ser compartilhados para cumprimento de exigências legais, regulatórias ou fiscais de acordo com andamento do Processo Seletivo.
- 12.19 A FAURGS e o HCPA ficam autorizados a compartilhar os dados pessoais do candidato com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

### 13 DOS CRITÉRIOS E INFORMAÇÕES ESPECÍFICOS DOS PROCESSOS SELETIVOS

#### Cargos de Nível Superior:

PROCESSO SELETIVO 63 - ANALISTA I (Coordenadoria de Gestão dos Negócios Assistenciais)				
PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 40 questões objetivas, sendo 5 questões de Língua Portuguesa, 5 questões de Raciocínio Lógico e 30 questões de Conhecimentos Específicos, valendo 0,25 ponto cada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nota mínima 7,00 pontos.</li> <li>- Os candidatos deverão acertar, no mínimo, 2 questões de Língua Portuguesa e 2 questões de Raciocínio Lógico. Os candidatos que não obtiverem a pontuação mínima estipulada nesta etapa serão automaticamente eliminados.</li> <li>- Para a formação de cadastro, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD), Autodeclarados Negros (AN), Indígenas e Quilombolas, serão convocados para a próxima etapa:</li> <li>- Os 30 (trinta) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição.</li> <li>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição.</li> <li>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os nove (9) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 9ª posição. Se não houver nove (9) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de nove (9) candidatos.</li> <li>- Indígena: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Indígena, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como indígena aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</li> <li>- Quilombola: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Quilombola, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como Quilombola aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</li> <li>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 30º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos</li> </ul>

				inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 9ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Indígenas que forem aprovados na Prova Escrita além da 1ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Quilombolas que forem aprovados na Prova Escrita, além da 1ª colocação. No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.
<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- **Português:**
  - A oração - período simples e período composto (coordenação e subordinação)
  - Concordância nominal e verbal
  - Crase
  - Elementos de estruturação do texto
  - Flexão verbal e nominal
  - Formação de palavras
  - Função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto
  - Leitura e interpretação de texto
  - Pontuação
  - Regência nominal e verbal
  - Sistema ortográfico oficial
  - Termos acessórios da oração
  - Termos essenciais da oração
  - Termos integrantes da oração
  - Uso adequado das classes de palavras
- **Raciocínio Lógico:** - Proposições Lógicas: Proposições lógicas simples, valor lógico, conectivos, proposições compostas e tabela verdade, proposição condicional, proposição bicondicional, negação de uma proposição, equivalência lógica entre proposições, tautologias, contradições e contingências. - Funções Proposicionais: Funções Proposicionais (sentenças abertas), conjuntos-verdade, quantificadores (existencial e universal), negação, equivalência, definições. - Argumentação: argumento válido, argumento correto, regras de inferência (modus ponens, modus tollens, silogismo disjuntivo, silogismo hipotético, dilema, adição disjuntiva, simplificação conjuntiva, adição conjuntiva, contradição) e enunciados categóricos. - Lógica Informal: verdades e mentiras; relacionamento de objetos; sequências numéricas; sucessões de palavras; questões que se resolvem por meio de raciocínio simples e aritmética básica
- **Conhecimentos Específicos:**
  - Análise e Gestão de Processos
  - Estratégias em Saúde
  - Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
  - Gestão da Mudança
  - Gestão da Qualidade dos Cuidados em Saúde
  - Gestão de Projetos
  - Gestão de Riscos e Investigação de Eventos Adversos relacionados à Assistência à Saúde
  - Gestão por Competências, Competências Transversais e de Liderança no Setor Público
  - Inovação no Setor Público
  - Lean na Saúde (Lean Healthcare)
  - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
  - Liderança
  - Negociação
  - Planejamento Estratégico e Balanced Scorecard (BSC)
  - Políticas Públicas de Saúde, Plano Nacional de Saúde
  - Segurança do Paciente em Serviços de Saúde
  - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde
  - Sistema Único de Saúde (SUS): Objetivos, Princípios, Diretrizes, Organização e Regulação
  - Sustentabilidade na Saúde e na Administração Pública, e Desenvolvimento Sustentável
  - Tecnologias em Saúde no SUS

**CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):**

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Formação acadêmica, reconhecida pelo Ministério da Educação</b>		2,00 pontos
1.1	Doutorado	2,00 pontos	
1.2	Mestrado	1,50 ponto	
1.3	Especialização na área de Administração, Gestão de Pessoas, Gestão Hospitalar, Gestão em Saúde, Gestão Pública, Gestão de Projetos ou Processos, exceto pré-requisito (*)	1,00 ponto	
2	<b>Experiência profissional em Administração, Gestão de Pessoas ou Gestão em Saúde, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (**)</b>		6,00 pontos

2.1	Em Instituição Hospitalar		
2.1.1	Em função de liderança (***)	0,10 ponto por mês	
2.1.2	Em cargo de nível superior	0,08 ponto por mês	
2.2	Em Outras Instituições		
2.2.1	Em função de liderança (***)	0,07 ponto por mês	
2.2.2	Em cargo de nível superior	0,05 ponto por mês	
3	<b>Participação em atividades de atualização nas áreas de Administração, Gestão de Pessoas ou Gestão em Saúde (congressos, fóruns, jornadas, cursos e treinamentos) nos últimos cinco (5) anos</b>		2,00 pontos
3.1	Com carga horária acima de 40 horas	0,15 ponto por atividade	
3.2	Com carga horária de 20 até 40 horas	0,10 ponto por atividade	

(\*) Os títulos utilizados para comprovação de pré-requisito não serão considerados para pontuação na Prova de Títulos. Sendo assim, para pontuação do subitem 1.3, o candidato deverá apresentar, além do Título a ser pontuado, o comprovante do pré-requisito.

(\*\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

(\*\*\*) Para comprovação da experiência profissional em função de liderança, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

### Referências Recomendadas

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde (GGTES). Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gestão de riscos e investigação de eventos adversos relacionados à assistência à saúde.** Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. 3. ed. Brasília: ANVISA, 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/manuais/copy2\\_of\\_infecq\\_qualidade\\_cad\\_7\\_completo\\_web\\_20250915\\_fina12.pdf](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/manuais/copy2_of_infecq_qualidade_cad_7_completo_web_20250915_fina12.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde (GGTES). Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. **Gestão de riscos e investigação de eventos adversos relacionados à assistência à saúde.** Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. 3. ed. Brasília: ANVISA, 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/manuais/copy2\\_of\\_infecq\\_qualidade\\_cad\\_7\\_completo\\_web\\_20250915\\_fina12.pdf](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/manuais/copy2_of_infecq_qualidade_cad_7_completo_web_20250915_fina12.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 37. Ed., 1999.

BRANCALION, F.N.M.; LIMA, A.F.C. **Gestão baseada em processos visando à melhoria dos resultados assistenciais e financeiros em Saúde.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 56, e20210333, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/YKw7YXWF4x4cQRTWJyXNKBG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.508**, de 29 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.401**, de 28 de abril de 2011. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12401.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12401.htm). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.853**, de 8 de julho de 2019. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art1). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Documento de Referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento\\_referencia\\_programa\\_nacional\\_seguranca.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf). Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde 2024-2027.** Brasília: Ministério da Saúde, [2024]. Disponível em: <https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/contendo/W2jOMcLWqx1wLMZMqx7Y6MMVFCjxGgR1WzGlcOqC.pdf>. Acesso em: 19

set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação GM/MS nº 1**, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001\\_03\\_10\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação GM/MS nº 1**, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001\\_03\\_10\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.559**, de 1º de agosto de 2008. Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1559\\_01\\_08\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1559_01_08_2008.html). Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.690**, de 5 de novembro de 2009. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2690\\_05\\_11\\_2009.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2690_05_11_2009.html). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 4.228**, de 6 de dezembro de 2022. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o processo administrativo de incorporação de tecnologias em saúde no Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4228\\_07\\_12\\_2022.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4228_07_12_2022.html). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Entendendo a Incorporação de Tecnologias em Saúde no SUS: como se envolver**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/entendendo\\_incorporacao\\_tecnologias\\_sus\\_envolver.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/entendendo_incorporacao_tecnologias_sus_envolver.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Informática do SUS. **Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia\\_saude\\_digital\\_Brasil.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis. **Curso de capacitação Sustentabilidade na Administração Pública. A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2017. Disponível em: [https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Sustentabilidade%20%28A3P%29/cartilha\\_curso\\_a3p.pdf](https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Sustentabilidade%20%28A3P%29/cartilha_curso_a3p.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

CABRAL, L. C. D., NUNES, M. C. **Raciocínio lógico passo a passo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 39ª edição, melhorada e ampliada. São Paulo: Editora Nacional, 1996.

COSTA, T.D. **Gestão de Pessoas por Competências**. Coleção Gestão de Pessoas com Ênfase em Gestão por Competências. 1. ed., 1. reimpr. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/retrieve/167445/eBook\\_Gestao\\_Pessoas\\_Competicencias-Especializacao\\_em\\_Gestao\\_de\\_Pessoas\\_UFBA.pdf](https://educapes.capes.gov.br/retrieve/167445/eBook_Gestao_Pessoas_Competicencias-Especializacao_em_Gestao_de_Pessoas_UFBA.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

EMMENDOERFER, M. L. **Inovação e empreendedorismo no setor público**. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4282/1/6\\_Livro\\_Inova%20%28a7%20%20a3o%20e%20empendedorismo%20no%20setor%20p%20c%20bablico.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4282/1/6_Livro_Inova%20%28a7%20%20a3o%20e%20empendedorismo%20no%20setor%20p%20c%20bablico.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

ESCOLA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria Executiva de Gestão Administrativa. Secretaria de Economia. **Curso Gerenciamento de projetos**: Apostila. Brasília: EGOV, 2024. Conteudista: Adjalma Dias Maia. Disponível em: [https://www.egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/Apostila\\_gerenciamento-de-projetos.pdf](https://www.egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/Apostila_gerenciamento-de-projetos.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Competências essenciais de liderança para o setor público brasileiro**. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5715/4/2\\_Competic%20essenciais%20de%20lideran%20a7a%20para%20o%20setor%20p%20c%20bablico%20brasileiro\\_16.12.2021\\_compressed.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5715/4/2_Competic%20essenciais%20de%20lideran%20a7a%20para%20o%20setor%20p%20c%20bablico%20brasileiro_16.12.2021_compressed.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Competências transversais de um setor público de alto desempenho**. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5663/4/1\\_Compete%20CC%20ncias%20transversais%20de%20um%20setor%20pu%20C%20blico%20de%20alto%20desempenho\\_16.12.2021.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5663/4/1_Compete%20CC%20ncias%20transversais%20de%20um%20setor%20pu%20C%20blico%20de%20alto%20desempenho_16.12.2021.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Diretoria de Desenvolvimento Profissional. **Abordagem Lean aplicada à Transformação Digital na Administração Pública**: Aplicando o pensamento Lean na Administração Pública. Brasília: ENAP, 2022. Conteudista: Eduardo de Souza Lima. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/7596/4/M%20C%20B3dulo%204%20-%20Aplicando%20o%20pensamento%20Lean%20na%20Administra%20A7%20A3o%20P%20C%20BABlica.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Diretoria de Desenvolvimento Gerencial. Coordenação Geral de Educação a Distância. **Gestão da Estratégia com uso do BSC: Módulo 2: Fundamentos do planejamento estratégico (Conteúdo para Impressão)**. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1141/1/M%20C%20B3dulo\\_2.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1141/1/M%20C%20B3dulo_2.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Diretoria de Desenvolvimento Gerencial. Coordenação Geral de Educação a Distância. **Gestão da Estratégia com uso do BSC: Módulo 3: O Método [sic] balance [sic] Scorecard (BSC)**. (Conteúdo para Impressão). Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1142/1/M%20C%20B3dulo\\_3.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1142/1/M%20C%20B3dulo_3.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Gestão por Competências - Módulo 1: Modelos de administração de pessoal e o panorama da Gestão por Competências.** Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/6493/1/M%C3%B3dulo%201%20-%20Gest%C3%A3o%20por%20compet%C3%A2ncias.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

GEROLAMO, M.C.; BERTASSINI, A.C.; PONCE, L.G. **Introdução à gestão da mudança em organizações.** Piracicaba: Editora PECEGE, 2023. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/967/877/3228>. Acesso em: 19 set. 2025.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de Matemática Elementar - Volume 1: Conjuntos – Funções.** 9ª edição. São Paulo: Atual Editora, 2013.

MARIANO, F. **Raciocínio Logico para Concursos - Teoria e Questões.** 5ª Edição. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2012.

MARIANO, F., ALMEIDA, M., OLIVEIRA, R. **Raciocínio lógico e matemática para concursos: CESPE/UNB.** Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2013.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Guia prático de projetos.** Brasília: [s.n.], 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento\\_estrategico\\_arquivos/livros\\_guias\\_publicacoes/guia-pratico-de-projetos.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento_estrategico_arquivos/livros_guias_publicacoes/guia-pratico-de-projetos.pdf) (escala de cores) ou [https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento\\_estrategico\\_arquivos/livros\\_guias\\_publicacoes/guia-pratico-de-projetos-escalas-de-cinza.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento_estrategico_arquivos/livros_guias_publicacoes/guia-pratico-de-projetos-escalas-de-cinza.pdf) (versão monocromática). Acesso em: 19 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Contém o logo "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" em todas as páginas. Última edição publicada em 13 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Manual de políticas e estratégias para a qualidade dos cuidados de saúde: uma abordagem prática para formular políticas e estratégias destinadas a melhorar a qualidade dos cuidados de saúde.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/272357/9789240005709-por.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Manual de políticas e estratégias para a qualidade dos cuidados de saúde: uma abordagem prática para formular políticas e estratégias destinadas a melhorar a qualidade dos cuidados de saúde.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/272357/9789240005709-por.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

PERALTA, C.B.L.; ROSA, B.H. da. **Princípios e ferramentas do Lean Healthcare: aplicação em um hospital de Santa Catarina.** Journal of Lean Systems, v. 5, n. 4, p. 45-67, 2020. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/lean/article/view/3561/pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

PRESTES, A.; CIRINO, J.A.F.; OLIVEIRA, R.; SOUSA, V. de. **Manual do gestor hospitalar.** Brasília: Federação Brasileira de Hospitais, 2019. Disponível em: [https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MANUAL-FBH\\_web.pdf](https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MANUAL-FBH_web.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

PRESTES, A.; CIRINO, J.A.F.; OLIVEIRA, R.; SOUSA, V. de. **Manual do gestor hospitalar.** Brasília: Federação Brasileira de Hospitais, 2019. Disponível em: [https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MANUAL-FBH\\_web.pdf](https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MANUAL-FBH_web.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

PRESTES, A.; CIRINO, J.A.F.; OLIVEIRA, R.; SOUSA, V. de. **Manual do gestor hospitalar.** Brasília: Federação Brasileira de Hospitais, 2019. Disponível em: [https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MANUAL-FBH\\_web.pdf](https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MANUAL-FBH_web.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

PRESTES, A.; CIRINO, J.A.F.; OLIVEIRA, R.; SOUSA, V. de. **Manual do gestor hospitalar.** Brasília: Federação Brasileira de Hospitais, 2019. Disponível em: [https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MANUAL-FBH\\_web.pdf](https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MANUAL-FBH_web.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

ROCHA, J. C. **Inovação na Administração Pública.** Material didático utilizado no Bacharelado em Gestão Pública – UAB – PNAP. Brasília: PNAP; Recife: UPE/NEAD, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/719690/2/Inova%C3%A7%C3%A3o%20na%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

UNILA. **Manual de análise e melhoria de processos. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), 2024.** Disponível em: <https://processos.unila.edu.br/wp-content/uploads/2024/07/28.06.2024-Manual-de-analise-e-melhoria-de-processos-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

VIANNA, V.A. **Gestão de pessoas; módulo 5 – Apostila.** Apostila do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais – DGO. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília: ENAP/DDG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2263/1/1.%20Apostila%20-%20M%C3%B3dulo%205%20-%20Gest%C3%A3o%20Pessoas.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

VIANNA, V.A. **Gestão de pessoas; módulo 5 – Apostila.** Apostila do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais – DGO. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília: ENAP/DDG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2263/1/1.%20Apostila%20-%20M%C3%B3dulo%205%20-%20Gest%C3%A3o%20Pessoas.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

VIANNA, V.A. **Gestão de pessoas; módulo 5.** Apostila do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais – DGO. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília: ENAP/DDG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2263/1/1.%20Apostila%20-%20M%C3%B3dulo%205%20-%20Gest%C3%A3o%20Pessoas.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

ZIMMERMAN, F. **Gestão da Estratégia com o uso do BSC – Apostila.** Programa Gestão Estratégica. Curso Gestão da Estratégia com o uso do BSC. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília: ENAP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/2410/1/Gest%C3%A3o%20da%20Estrat%20g%20com%20o%20uso%20do%20BSC.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

**PROCESSO SELETIVO 64 - BIÓLOGO I, BIOMÉDICO I ou FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO I  
(Hemoterapia)**

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
<b>ESCRITA</b>	<b>Eliminatório e classificatório</b>	7	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	<p>- Nota mínima 6,00 pontos.</p> <p>- Para a formação de cadastro, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD), Autodeclarados Negros (AN), Indígenas e Quilombolas, serão convocados para a próxima etapa:</p> <p>- Os 30 (trinta) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição.</p> <p>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição.</p> <p>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os nove (9) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 9ª posição. Se não houver nove (9) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de nove (9) candidatos.</p> <p>- Indígena: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Indígena, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como indígena aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</p> <p>- Quilombola: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Quilombola, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como Quilombola aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</p> <p>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 30º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 9ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Indígenas que forem aprovados na Prova Escrita além da 1ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Quilombolas que forem aprovados na Prova Escrita, além da 1ª colocação.</p> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	3	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- Acondicionamento e transporte de hemocomponentes e Células Progenitoras Hematopoéticas (CPH)
- Aféreses
- Controle de qualidade de hemocomponentes e CPH
- Controle de qualidade interno, externo e de reagentes
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Gestão da qualidade
- Hemovigilância
- Imunohematologia do doador e receptor

- Legislação e normas técnicas vigentes em Hemoterapia e Terapia Celular
- Modalidades de transplante
- Obtenção de CPH para transplante
- Processamento e preservação de hemocomponentes
- Processamento, criopreservação e infusão de CPH
- Produção de colírio de soro autólogo
- Recuperação sanguínea transoperatória
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho
- Sorologia de doadores de sangue e doadores de CPH: testes de triagem, complementares e confirmatórios
- Triagem clínica, hematológica e coleta de sangue do doador

**CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):**

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Formação acadêmica</b>		
1.1	Doutorado, reconhecido pelo Ministério da Educação	2,00 pontos	2,00 pontos
1.2	Mestrado, reconhecido pelo Ministério da Educação	1,00 ponto	
1.3	Especialização em Hemoterapia e/ou Hematologia e/ou Biologia Celular, reconhecida pelo Ministério da Educação	1,00 ponto	
1.4	Certificado de Proficiência Técnica em Imunohematologia ou Sorologia em Hemoterapia e Terapia Celular: foco em coleta, manipulação e criopreservação dos produtos celulares, fornecido pela Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (ABHH)	0,50 ponto	
2	<b>Produção científica na área de Hemoterapia e Terapia Celular, nos últimos cinco (5) anos (o mesmo trabalho será pontuado somente uma vez)</b>		
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,15 ponto por artigo	1,00 ponto
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,10 ponto por artigo	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,15 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,10 ponto por capítulo	
2.5	Resumo publicado em anais de evento científico ou trabalho apresentado em pôster	0,05 ponto por resumo (máximo 0,25 ponto)	
3	<b>Experiência profissional na função de Biólogo, Biomédico ou Farmacêutico-Bioquímico na área de Hemoterapia e/ou Terapia Celular, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)</b>	0,09 ponto por mês	5,00 pontos
4	<b>Participação em atividades de atualização na área de Hemoterapia e Terapia Celular (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos</b>		
4.1	Como palestrante, coordenador de mesa, debatedor ou moderador com carga horária, mínima, de 1 hora	0,10 ponto por atividade	1,00 ponto
4.2	Como participante com carga horária, mínima, de 16 horas	0,05 ponto por atividade (máximo 0,25 ponto)	
5	<b>Atividades didáticas na área de Hemoterapia e Terapia Celular, nos últimos cinco (5) anos</b>		
5.1	Como docente de graduação ou pós-graduação	0,50 ponto por semestre	1,00 ponto

(\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

**Referências Recomendadas**

- BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 27 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 27 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 27 ago. 2025.
- BRASIL. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 27 ago. 2025.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Marco conceitual e operacional de hemovigilância**: Guia para a hemovigilância no Brasil. Disponível em <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/monitoramento/hemovigilancia/marco-conceitual-e-operacional-de-hemovigilancia-guia-para-a-hemovigilancia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Nota Técnica nº 3/2018/SEI/GSTCO/DIARE/ANVISA**. Disponível em:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/sangue-tecidos-celulas-e-orgaos/notas-tecnicas/nota-tecnica-no-03-de-2018>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 34**, de 11 de junho de 2014. Dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20170553/04145350-rdc-anvisa-34-2014.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 5**, de 28 de setembro de 2017. Anexo IV Do sangue, componentes e derivados. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/legislacao/portaria-de-consolidacao-no-05-de-28-de-setembro-de-2017.pdf/view>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Guia nº 34**, de 30 de julho de 2020. Guia para inclusão de critérios na Triagem clínica e epidemiológica de candidatos a doação de sangue baseados em práticas individuais acrescidas de risco para Infecções transmissíveis pelo sangue. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/arquivos-noticias-anvisa/90json-file-1>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica nº 49**, de 1 de agosto de 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-no-49-2025-dpni-svsa-ms.pdf/view#:~:text=Recomenda%C3%A7%C3%B5es%20de%20dose%20zero%20de,prote%C3%ADna%20do%20leite%20\(A,PLV\)](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-no-49-2025-dpni-svsa-ms.pdf/view#:~:text=Recomenda%C3%A7%C3%B5es%20de%20dose%20zero%20de,prote%C3%ADna%20do%20leite%20(A,PLV)). Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 836**, de 13 de dezembro de 2023. Dispõe sobre as Boas Práticas em Células Humanas para uso terapêutico e pesquisa clínica e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: [https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000836&seqAto=000&valorAno=2023&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod\\_menu=9434&cod\\_modulo=](https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000836&seqAto=000&valorAno=2023&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=). Acesso em 27 ago. 2025.

BORDIN, J. O.; LANGHI, D. M.; COVAS, D. T. **Tratado de Hemoterapia - Fundamentos e Prática**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2019.

COHN, C. S.; DELANEY, M.; JOHNSON, S. T.; KATZ, L. M. **AABB Technical Manual.20th**. Bethesda: AABB, 2020.

**GUIA DE BOAS PRÁTICAS EM CÉLULAS E TECIDOS HUMANOS PARA USO TERAPÊUTICO**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/sangue/inspecao/arquivos/guibpscelulastecidos.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HARMENING, D. M. **Técnicas Modernas em Banco de Sangue e Transfusão**. 6. ed. Revinter, 2015.

LAGO, M. S. D.; WALTER, F. A. **Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infeciosas e Autoimunes**. 3. ed. Grupo GEN, 2013.

MASSUMOTO, C.; MASSUMOTO, S. M.; AYOUB, C. A. **Células-tronco - Como coletar, processar e criopreservar**. São Paulo: Atheneu, 2011.

VOLTARELLI, J. C. **Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas**. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.

## PROCESSO SELETIVO 65 - ENFERMEIRO I (Obstetrícia)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 40 questões objetivas, valendo 0,25 ponto cada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nota mínima 6,00 pontos.</li> <li>- Para a formação de cadastro, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD), Autodeclarados Negros (AN), indígenas e Quilombolas, serão convocados para a próxima etapa:</li> <li>- Os 30 (trinta) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição.</li> <li>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição.</li> <li>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os nove (9) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 9ª posição. Se não houver nove (9) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de nove (9) candidatos.</li> <li>- Indígena: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Indígena, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como indígena aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</li> <li>- Quilombola: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de</li> </ul>

				<p>Quilombola, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como Quilombola aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</p> <p>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 30º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 9ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Indígenas que forem aprovados na Prova Escrita além da 1ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Quilombolas que forem aprovados na Prova Escrita, além da 1ª colocação.</p> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- Aleitamento Materno
  - Aconselhamento
  - Fisiologia da Amamentação
  - Manejo das Complicações da Amamentação
  - Iniciativa Hospital Amigo da Criança e Cuidado Amigo da Mulher
  - Cuidados de enfermagem no aleitamento materno
- Atenção ao Recém-Nascido
  - Distúrbio de glicose
  - Crises Convulsivas
  - Controle Térmico
  - Cuidados ao recém-nascido na hora do Nascimento
  - Cuidados ao recém-nascido em alojamento conjunto
  - Sepsis neonatal precoce
  - Abordagem do recém-nascido de mãe soropositiva para vírus da imunodeficiência humana (HIV)
  - Dificuldade respiratória e suporte ventilatório para o recém-nascido
  - Cuidados de enfermagem na atenção ao recém-nascido de risco habitual e alto risco
- Obstetrícia Fundamental
  - Modificações do organismo materno
  - Propedêutica da gravidez
  - Diagnóstico da gravidez
  - Estática fetal e Estudo da bacia
  - Contratilidade uterina
  - Mecanismo de parto
  - Períodos clínicos do parto
  - Avaliação fetal
  - Cuidado humanizado à mulher, ao recém-nascido e família durante o ciclo gravídico-puerperal
- Puerpério
  - Puerpério normal e patológico
  - Infecção puerperal
  - Cuidados de enfermagem no puerpério de risco habitual e alto risco
- Pré-Natal/Gestação
  - Componentes da Consulta pré-natal
  - Placenta prévia
  - Descolamento prematuro de Placenta
  - Polidramnia e oligodramnia
  - Gravidez gemelar
  - Ruptura prematura das membranas
  - Crescimento Intrauterino restrito
  - Diabetes Mellito e Diabetes Gestacional
  - Doenças/Infecções Sexualmente Transmissíveis (DST/ IST)
  - Doenças hipertensivas da Gestação
  - Cuidados de enfermagem no pré-natal de risco habitual e alto risco
- Trabalho de Parto/Parto/Nascimento
  - Acolhimento e classificação de risco
  - Distócias
  - Ruptura Uterina e Laceração de Trajeto
  - Secundamento patológico
  - Hemorragia Pós-parto
  - Acretismo Placentário
  - Boas Práticas no Trabalho de parto

- Cuidados de enfermagem no trabalho de parto e parto de risco habitual e alto risco
- Outros conteúdos
  - Processo de Enfermagem
  - Ética e Bioética
  - Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
  - Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
  - Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho

**CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):**

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Formação acadêmica, reconhecida pelo Ministério da Educação</b>		3,00 pontos
1.1	Doutorado	2,00 pontos	
1.2	Mestrado	1,50 ponto	
1.3	Residência Multiprofissional em Materno Infantil	1,50 ponto	
1.4	Especialização em Enfermagem Neonatal, Enfermagem Materno Infantil ou em Aleitamento Materno	1,00 ponto	
1.5	Especialização em Enfermagem em outras áreas do conhecimento	0,75 ponto	
2	<b>Produção científica na área de Enfermagem Obstétrica (trabalhos apresentados sobre o mesmo tema serão pontuados apenas uma vez nos últimos cinco (5) anos)</b>		1,00 ponto
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,15 ponto por artigo	
2.2	Livro publicado com ISBN	0,15 ponto por livro	
2.3	Capítulo de livro com ISBN	0,10 ponto por capítulo	
2.4	Resumo publicado em anais de evento científico ou trabalho apresentado em pôster	0,05 ponto por resumo (máximo 0,25 ponto)	
3	<b>Experiência profissional na função de Enfermeiro Obstétrico, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição tempo (*)</b>	0,07 ponto por mês	4,00 pontos
4	<b>Participação em atividade de atualização na área de Enfermagem Obstétrica (capacitações, congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros)</b>		1,00 ponto
4.1	Como palestrante, coordenador de mesa, debatedor ou moderador	0,10 ponto por atividade	
4.2	Como participante com carga horária, mínima, de 30 horas	0,05 ponto por atividade (máximo 0,25 ponto)	
5	<b>Atividades didáticas em Enfermagem Obstétrica nos últimos cinco (5) anos</b>		1,00 ponto
5.1	Como preceptor de residência	0,50 ponto por semestre	
5.2	Como docente de graduação ou pós-graduação	0,25 ponto por semestre	
5.3	Como Enfermeiro supervisor de estágio de graduação em enfermagem (mínimo de 180 horas)	0,25 ponto por semestre	

(\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

**Referências Recomendadas**

ALMEIDA, M. F. B.; GUINSBURG, R. **Coordenadores Estaduais e Grupo Executivo PRN-SBP**; Conselho Científico Departamento Neonatologia SBP. Reanimação do recém-nascido  $\geq 34$  semanas em sala de parto: diretrizes 2022 da Sociedade Brasileira de Pediatria. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria; 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25060/PRN-SBP-2022-2>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>.

Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7498/86**, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986\\_4161.html](http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.108**, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal**. Brasília, 2017. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_assistencia\\_parto\\_normal.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente**; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, 2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento\\_referencia\\_programa\\_nacional\\_seguranca.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do parto e do nascimento**. Universidade Estadual do Ceará. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno\\_humanizaus\\_v4\\_humanizacao\\_parto.pdf](http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recomendações Assistenciais para Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Hemorragia Obstétrica**. Portal de Boas Práticas em Saúde da Criança, da Mulher e do Adolescente. OPAS Recomendações assistenciais para Hemorragia Obstétrica. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/09/9788579671241-por.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas**. Além da sobrevivência: práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças. Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Brasília, 2011. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/pdfs/Alem\\_sobrevivencia\\_Praticas\\_integradas\\_atencao\\_parto.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/pdfs/Alem_sobrevivencia_Praticas_integradas_atencao_parto.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas**. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Volume 1. Brasília, 2014. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_recem\\_nascido\\_v1.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v1.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas**. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Volume 2. Brasília, 2014. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_recem\\_nascido\\_v2.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v2.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas**. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Volume 3. Brasília, 2014. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_recem\\_nascido\\_v3.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v3.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas**. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Volume 4. Brasília, 2014. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_recem\\_nascido\\_v4.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v4.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas**. Manual de gestação de alto risco. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas - Brasília, Ministério da Saúde, 2022. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_gestacao\\_alto\\_risco.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf). Acesso em: 21 de ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. Manual de acolhimento e classificação de risco em obstetrícia. Brasília, 2017. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_acolhimento\\_classificacao\\_risco\\_obstetricia\\_2017.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_acolhimento_classificacao_risco_obstetricia_2017.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. 2. ed. Brasília, 2015. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_aleitamento\\_materno\\_cab23.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília, 2010. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_sexual\\_saude\\_reprodutiva.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 1.153**, de 22 de maio de 2014. Redefine os critérios de habilitação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1153\\_22\\_05\\_2014.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1153_22_05_2014.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

CARVALHO, M. R.; GOMES, C. F. **Amamentação**: bases científicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM. **Decisão Coren-RS nº 052/2016**. Veda a atuação de profissionais de enfermagem em ações que impeçam a participação de acompanhantes da mulher na atenção à gestação, parto e puerpério. Disponível em: [https://www.portalcoren-rs.gov.br/docs/Legislacoes/legislacao\\_fff56d0cd7d7dcccba43382dbdc14f84.pdf](https://www.portalcoren-rs.gov.br/docs/Legislacoes/legislacao_fff56d0cd7d7dcccba43382dbdc14f84.pdf). Acesso em: 21 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução Cofen nº 423/2012**, de 09 de abril de 2012. Normatiza no Âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, a participação do enfermeiro na atividade de classificação de riscos. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-n-4232012\\_8956.html](http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-n-4232012_8956.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

GUINSBURG, R.; ALMEIDA, M. F. B.; **Coordenadores Estaduais e Grupo Executivo PRN-SBP**; Conselho Científico Departamento Neonatologia SBP. Reanimação do recém-nascido <34 semanas em sala de parto: diretrizes 2022 da Sociedade Brasileira de Pediatria. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria; 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25060/PRN-SBP-2022-1>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MARTINS-COSTA, S. H.; RAMOS, J. G. L.; MAGALHÃES, J. A. et al. **Rotinas em obstetrícia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

MONTENEGRO, C. A. B.; FILHO, J. R. **Rezende. Obstetrícia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

NANDA. **Diagnóstico de Enfermagem da Nanda - Definições e Classificações - 2018-2020**. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Recomendações da OMS para a Prevenção e tratamento da hemorragia pós-parto**.

**PROCESSO SELETIVO 66 - FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO I (Farmácia Hospitalar)**

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
<b>ESCRITA</b>	<b>Eliminatório e classificatório</b>	6	Constituída de 40 questões objetivas, valendo 0,25 ponto cada.	<p>- Nota mínima 6,00 pontos.</p> <p>- Para a formação de cadastro, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD), Autodeclarados Negros (AN), Indígenas e Quilombolas, serão convocados para a próxima etapa:</p> <p>- Os 50 (cinquenta) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição.</p> <p>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição.</p> <p>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os 15 (quinze) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 15ª posição. Se não houver 15 (quinze) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de 15 (quinze) candidatos.</p> <p>- Indígena: os dois (2) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscrito na condição de Indígena, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 2ª posição. Se não houver dois (2) candidatos inscritos como indígena aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de dois (2) candidatos.</p> <p>- Quilombola: o 1º primeiro candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Quilombola, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como Quilombola aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</p> <p>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 50º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 15ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Indígenas que forem aprovados na Prova Escrita além da 2ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Quilombolas que forem aprovados na Prova Escrita, além da 1ª colocação.</p> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- Avaliação de Tecnologias em Saúde

- Cálculos Farmacêuticos
- Centro de Informações sobre Medicamentos (CIM)
- Compras em Farmácia Hospitalar
- Controle de Infecção Hospitalar
- Cuidado Farmacêutico
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Farmácia Clínica
- Farmacoeconomia
- Farmacologia Geral
- Farmacovigilância
- Gerenciamento e Logística de Medicamentos, Materiais Médico-hospitalares e produtos para saúde
- Gerenciamento de Resíduos em Serviços de Saúde
- Gestão de Processos e Qualidade em Saúde
- Incompatibilidades e Interações Medicamentosas
- Legislação Farmacêutica
- Manipulação e Controle de Qualidade de Medicamentos na Farmácia Hospitalar
- Pesquisa Clínica
- Saúde Digital
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho
- Serviços Farmacêuticos
- Telefarmácia

**CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):**

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Formação acadêmica/Profissional</b>		2,00 pontos
1.1	Doutorado, reconhecido pelo Ministério da Educação	1,50 ponto	
1.2	Mestrado, reconhecido pelo Ministério da Educação	1,00 ponto	
1.3	Residência Multiprofissional e/ou em Farmácia, reconhecida pelo Ministério da Educação	1,00 ponto	
1.4	Especialização na área de Farmácia e/ou Gestão em Saúde, reconhecida pelo Ministério da Educação	0,50 ponto	
1.5	Título de Especialista em Farmácia Hospitalar e/ou Farmácia Clínica, reconhecido pelo Conselho Federal de Farmácia	0,25 ponto	
2	<b>Produção científica na área de Farmácia (trabalhos apresentados sobre o mesmo tema serão pontuados apenas uma vez) nos últimos cinco (5) anos</b>		1,00 ponto
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,15 ponto por artigo	
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,10 ponto por artigo	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,15 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,10 ponto por capítulo	
2.5	Resumo publicado em anais de evento científico ou trabalho apresentado em pôster	0,05 ponto por resumo <b>(máximo 0,25 ponto)</b>	
3	<b>Experiência profissional na função de Farmacêutico, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)</b>		5,00 pontos
3.1	Em Farmácia Hospitalar	0,10 ponto por mês	
3.2	Em indústria, comércio ou outras instituições de saúde	0,05 ponto por mês <b>(máximo 2,00 pontos)</b>	
4	<b>Participação em atividade de atualização na área de Farmácia Hospitalar ou outra atividade da área de saúde, (capacitações, congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros)</b>		1,00 ponto
4.1	Como palestrante ou instrutor	0,20 ponto por atividade <b>(máximo 0,40 ponto)</b>	
4.2	Como participante com carga horária acima de 40 horas	0,15 ponto por atividade <b>(máximo 0,30 ponto)</b>	
4.3	Como participante com carga horária acima de 20 até 40 horas	0,10 ponto por atividade <b>(máximo 0,20 ponto)</b>	
4.4	Como participante com carga horária de 8 até 20 horas	0,05 ponto por atividade <b>(máximo 0,10 ponto)</b>	
5	<b>Atividades didáticas na área de Farmácia Hospitalar nos últimos cinco (5) anos</b>		1,00 ponto
5.1	Como preceptor de residência em saúde	0,25 ponto por semestre	
5.2	Como docente de graduação ou pós-graduação	0,15 ponto por	

	semestre
(*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.	
<b>Referências Recomendadas</b>	
BITTAR, O. J. N. V. <b>Gestão de Processos e Certificação para Qualidade em Saúde</b> . Rev Assoc Med Bras, v. 46, n. 1, 2000. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/ramb/v45n4/45n4a13.pdf">https://www.scielo.br/pdf/ramb/v45n4/45n4a13.pdf</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. <b>Decreto nº 1.171</b> , de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. <b>Lei nº 8.080</b> , de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. <b>Norma Regulamentadora nº 32</b> . Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf">https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. <b>Portaria nº 529</b> , de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Ministério de Estado da Saúde. Disponível em: <a href="https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html">https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. <b>Resolução RDC nº 36</b> , de 25 de julho de 2013. Disponível em: <a href="https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html">https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. <b>RDC nº 67</b> , de 08 de outubro de 2007. Aprova o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação e Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em Farmácias e seus Anexos. Anexos I, II, III, IV e VI. Disponível em: <a href="http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/anvisa/2007/res0067_08_10_2007.html">http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/anvisa/2007/res0067_08_10_2007.html</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. <b>RDC nº 222</b> , de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, e dá outras providências. Disponível em: <a href="https://www.cff.org.br/userfiles/file/RDC%20ANVISA%20N%C2%BA%20222%20DE%2028032018%20REQUISITOS%20DE%20OBRAS%20PR%C3%81TICAS%20DE%20GERENCIAMENTO%20DOS%20RES%20C3%84DUOS%20DE%20SERVI%C3%87O%20DE%20SA%C3%94DE.pdf">https://www.cff.org.br/userfiles/file/RDC%20ANVISA%20N%C2%BA%20222%20DE%2028032018%20REQUISITOS%20DE%20OBRAS%20PR%C3%81TICAS%20DE%20GERENCIAMENTO%20DOS%20RES%20C3%84DUOS%20DE%20SERVI%C3%87O%20DE%20SA%C3%94DE.pdf</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. <b>RDC nº 509</b> , de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde. Disponível em: <a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-509-de-27-de-maio-de-2021-323002855">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-509-de-27-de-maio-de-2021-323002855</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)</b> . Brasília: 2016. Disponível em: <a href="http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_praticas_gestao_proteses_materiais_especiais.pdf">http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_praticas_gestao_proteses_materiais_especiais.pdf</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Portaria nº 344</b> , de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: <a href="https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html">https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Portaria nº 4.283</b> , de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Disponível em: <a href="http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html">http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência. Farmacêutica e Insumos Estratégicos. <b>Centros e Serviços de Informação sobre Medicamentos</b> : princípios, organização, prática e trabalho em redes para promoção do Uso Racional de Medicamentos. Brasília, Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <a href="https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/centros_servicos_informacao_medicamentos.pdf">https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/centros_servicos_informacao_medicamentos.pdf</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde. <b>Diretrizes Metodológicas avaliação de desempenho de tecnologias em saúde</b> . Brasília, 2017. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/artigos_publicacoes/diretrizes/diretriz_adts_final_isbn.pdf">https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/artigos_publicacoes/diretrizes/diretriz_adts_final_isbn.pdf</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
BRASIL. ANVISA. <b>Diretriz Nacional para Elaboração de Programa de Gerenciamento do Uso de Antimicrobianos em Serviços de Saúde</b> . BRASÍLIA, 2023. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/DiretrizGerenciamentoAntimicrobianosANVISA2023FINAL.pdf">https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/DiretrizGerenciamentoAntimicrobianosANVISA2023FINAL.pdf</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. <b>Resolução nº 11</b> , de 25 de julho de 2024. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no controle de infecções relacionadas à assistência à saúde e no gerenciamento de antimicrobianos. Disponível em: <a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-25-de-julho-de-2024-582918360">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-25-de-julho-de-2024-582918360</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. <b>Resolução nº 10</b> , de 2 de julho de 2024. Regulamenta as atribuições do farmacêutico na Saúde Digital e Inteligência Artificial e dá outras providências. Disponível em: <a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-10-de-2-de-julho-de-2024-578712492">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-10-de-2-de-julho-de-2024-578712492</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. <b>Resolução nº 735</b> , de 30 de setembro de 2022. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na Comissão de Farmácia e Terapêutica. Disponível em: <a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-735-de-30-de-setembro-de-2022-434572115">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-735-de-30-de-setembro-de-2022-434572115</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. <b>Resolução nº 731</b> , de 25 de agosto 2022. Dispõe sobre as atribuições e competências do farmacêutico nas atividades que envolvem gases medicinais. Disponível em: <a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-731-de-25-de-agosto-de-2022-427633572">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-731-de-25-de-agosto-de-2022-427633572</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. <b>Resolução nº 730</b> , de 28 de julho de 2022. Regulamenta o exercício profissional nas farmácias das unidades de saúde em quaisquer níveis de atenção, seja, primária, secundária e terciária, e em outros serviços de saúde de natureza pública ou privada. Disponível em: <a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-730-de-28-de-julho-de-2022-420014045">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-730-de-28-de-julho-de-2022-420014045</a> . Acesso em: 18 ago. 2025.	
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. <b>Resolução nº 727</b> , de 30 de junho de 2022. Dispõe sobre a regulamentação da	

Telefarmácia Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-727-de-30-de-junho-de-2022-416502055>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Monitorização Terapêutica de medicamentos:** contextualização e arcabouço conceitual. Brasília, 2022. PDF (84 p.): il. Disponível em: <https://admin.cff.org.br/src/uploads/publicacao/arquivo/954b6b8068bbdb7fc685366d4d95c38d8058dc0b.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade:** contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. Disponível em: <https://admin.cff.org.br/src/uploads/publicacao/arquivo/5d58df3fb5b210625cf3d87dad4a8c2b0a5fc0f5.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Farmácia Hospitalar:** Coletânea de práticas e conceitos. 1ª reimpressão. 2017. Disponível em: <https://admin.cff.org.br/src/uploads/publicacao/arquivo/7cd12b8938f117a293db20a32f52c385886598fa.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **O Farmacêutico na Assistência Farmacêutica do SUS:** Diretrizes para Ação. Cap. 1, 6, 9. 2015. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/livro.pdf>. Acesso em: 18 ago 2025.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. **A atuação do farmacêutico na pesquisa clínica.** Rio Grande do Sul: Conselho Regional de Farmácia 2019. Disponível em: <https://media.cfrs.org.br/publicacoes/pesquisa-clinica.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. **Farmacologia Clínica e Terapêutica.** Unidade 1, 2, 4 e 5. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2017.

INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. **Documento Norteador -** Aprimoramento da Vigilância dos Erros de Medicação no Sistema Nacional Vigilância Sanitária. Agosto/2020. Disponível em: <https://ismp-brasil.org/wp-content/uploads/2024/05/documento-norteador-SNVS.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

PACKEISER, P. B.; RESTA, D. G. **Farmacoeconomia:** uma Ferramenta para a Gestão dos Gastos com Medicamentos em Hospitais Públicos. Infarma - Ciências Farmacêuticas. Volume 26, 4. ed. pág. 215-223, 2014. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2016/3425-1470059452.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

TORRIANI, M. S.; SANTOS, L.; ECHER, I. C.; BARROS, E. **Medicamentos de A a Z:** Enfermagem - 2016-2018. 2. ed. Parte I, Capítulo 1. Artmed.

## PROCESSO SELETIVO 67 - FÍSICO I (Medicina Nuclear)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

### CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Detecção da Radiação Ionizante e Instrumentação
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Dosimetria
- Efeitos biológicos
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Física das Radiações
- Fundamentos de Cintilografia
- Fundamentos de PET/CT
- Garantia de Qualidade e Controle de Qualidade
- Legislação aplicada à Medicina Nuclear
- Proteção Radiológica
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho
- Terapias com Radioisótopos
- Unidades e Grandezas

### CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Formação acadêmica</b>		3,00 pontos
1.1	Doutorado, reconhecido pelo Ministério da Educação	2,50 pontos	
1.2	Mestrado, reconhecido pelo Ministério da Educação	2,00 pontos	
1.3	Residência em Física da Medicina Nuclear, reconhecida pelo Ministério da Educação, exceto pré-requisito (*)	2,00 pontos	
1.4	Título de Especialista em Física em Medicina Nuclear, fornecido pela Associação Brasileira de Física Médica, exceto pré-requisito (*)	2,00 pontos	
1.5	Especialização na área da saúde, reconhecida pelo Ministério da Educação	1,00 ponto (máximo 1,00 ponto)	
2	<b>Produção científica na área de Física Médica, Controle de Qualidade ou Radioproteção, aplicadas à Medicina Nuclear nos últimos cinco (5) anos</b>		1,00 ponto

2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,50 ponto por artigo	
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,25 ponto por artigo	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,50 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,25 ponto por capítulo	
2.5	Resumo publicado em anais de evento científico ou trabalho apresentado em pôster	0,10 ponto por resumo	
3	<b>Experiência profissional na função de Físico Médico na área de Medicina Nuclear, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (**)</b>	0,07 ponto por mês	4,00 pontos
4	<b>Participação em atividade de atualização na área de Física Médica, (capacitações, congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos</b>		
4.1	Como palestrante	0,25 ponto por atividade	1,00 ponto
4.2	Como coordenador de mesa, debatedor, comentarista ou moderador	0,20 ponto por atividade	
4.3	Como participante com carga horária, mínima, de 8 horas	0,10 ponto por atividade	
5	<b>Atividades didáticas na área de Física Médica nos últimos cinco (5) anos</b>		
5.1	Como preceptor de residência em Física Médica da Medicina Nuclear	0,25 ponto por semestre	1,00 ponto
5.2	Como docente de graduação ou pós-graduação	0,10 ponto por semestre	

(\*) Os títulos utilizados para comprovação de pré-requisito não serão considerados para pontuação na Prova de Títulos. Sendo assim, para pontuação do subitem 1.3 e 1.4, o candidato deverá apresentar, além do Título a ser pontuado, o comprovante do pré-requisito.

(\*\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

#### Referências Recomendadas

- AAPM. American Association of Physicists in Medicine. **Report of AAPM Task Group 181: The Selection, Use, Calibration, and Quality Assurance of Radionuclide Calibrators Used in Nuclear Medicine.** College Park: American Association of Physicists in Medicine, 2012. Disponível em: [https://www.aapm.org/pubs/reports/RPT\\_181.pdf](https://www.aapm.org/pubs/reports/RPT_181.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32.** Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 38**, de 04 de junho de 2008. Dispõe sobre a instalação e o funcionamento de serviços de Medicina Nuclear. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2008/res0038\\_04\\_06\\_2008.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2008/res0038_04_06_2008.html). Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **Norma CNEN NN 3.01.** Requisitos básicos de radioproteção e segurança radiológica de fontes de radiação. Resolução CNEN 344/25. Disponível em: [https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-3/copy2\\_of\\_NormaCNENNN3.01.pdf](https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-3/copy2_of_NormaCNENNN3.01.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **CNEN NE 3.02.** Serviços de Radioproteção. Resolução CNEN 231/18. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-3/grupo3-nrm302.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **Norma CNEN NN 3.05.** Requisitos de Radioproteção e Segurança para os Serviços de Medicina Nuclear. Resolução CNEN 159/13. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-3/grupo3-nrm305.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **Norma CNEN NN 6.02.** Licenciamento de Instalação Radioativa. Resolução CNEN 293/22. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-6/NormaCNENNN6.02.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **Norma NN 8.01.** Gerência de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação. Resolução CNEN 343/25. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-8/NormaCNENNN8.01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- IAEA. International Atomic Energy Agency. **IAEA quality control atlas for scintillation camera systems.** Compiled by E. Busemann Sokole. Vienna: International Atomic Energy Agency, 2003. STI/PUB/1141. Disponível em: [http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/Pub1141\\_web.pdf](http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/Pub1141_web.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.
- IAEA. **Quality assurance for PET and PET/CT systems.** Vienna: International Atomic Energy Agency, 2009. STI/PUB/1393. Disponível em: [http://www-pub.iaea.org/MTCD/publications/PDF/Pub1393\\_web.pdf](http://www-pub.iaea.org/MTCD/publications/PDF/Pub1393_web.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.
- IAEA. **Quality assurance for SPECT systems.** Vienna: International Atomic Energy Agency, 2009. STI/PUB/1394. Disponível em: [http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/Pub1394\\_web.pdf](http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/Pub1394_web.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.
- IAEA. **Quantitative nuclear medicine imaging: concepts, requirements and methods.** Vienna: International Atomic Energy

Agency, 2014. STI/PUB/1605. Disponível em: [http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/Pub1605\\_web.pdf](http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/Pub1605_web.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.

IAEA. **Nuclear Medicine Physics**: a handbook for teachers and students. Vienna: International Atomic Energy Agency, 2014. STI/PUB/1617. Disponível em: <https://www.iaea.org/publications/10368/nuclear-medicine-physics>. Acesso em: 15 ago. 2025.

IAEA. **Nuclear medicine resources manual**. Vienna: International Atomic Energy Agency, 2006. STI/PUB/1198. Disponível em: <https://www.iaea.org/publications/7038/nuclear-medicine-resources-manual>. Acesso em: 15 ago. 2025.

IAEA. **Nuclear medicine resources manual**, 2020 Edition. Vienna: International Atomic Energy Agency, 2020. STI/PUB/1861. Disponível em: [https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/P1861\\_web.pdf](https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/P1861_web.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.

IAEA. **Release of patients after radionuclide therapy**. Vienna: International Atomic Energy Agency, 2009. Safety reports series, ISSN 1020-6450; no. 63. STI/PUB/1417. Disponível em: [https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/pub1417\\_web.pdf](https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/pub1417_web.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.

IAEA. **Radiation protection in newer medical imaging techniques**: PET/CT. Vienna: International Atomic Energy Agency, 2009. Safety reports series, ISSN 1020-6450; no. 58. STI/PUB/1343. Disponível em: [https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/pub1343\\_web.pdf](https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/pub1343_web.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.

TAUHATA, L. et al. **Radioproteção e Dosimetria**: Fundamentos. 10ª Revisão. Rio de Janeiro: IRD/CNEN, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/centro-de-informacoes-nucleares/material-didatico-1/radioprotecao-e-dosimetria-fundamentos.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

XAVIER, A. M. et al. **Princípios Básicos de Segurança e Proteção Radiológica**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/avulsos/seguranca-protacao-radiologica-pdf/view>. Acesso em: 15 ago. 2025.

## PROCESSO SELETIVO 68 - FÍSICO I (Radiodiagnóstico)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

### CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Radiografia médica, mamografia, tomografia computadorizada, fluoroscopia e radiologia intervencionista, ultrassom diagnóstico e intervencionista e imagem por ressonância magnética, no que diz respeito à:
  - Fundamentos Físicos
  - Unidades e Grandezas
  - Dosimetria
  - Proteção radiológica
  - Efeitos Biológicos
  - Detecção da Radiação e Instrumentação
  - Garantia da Qualidade e Controle de Qualidade
  - Legislação, Recomendações e Normas
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho

### CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Formação acadêmica reconhecida pelo Ministério da Educação</b>		3,00 pontos
1.1	Doutorado	2,50 pontos	
1.2	Mestrado	2,00 pontos	
1.3	Residência em Física Médica do Radiodiagnóstico, exceto pré-requisito (*)	2,00 pontos	
1.4	Especialização na área da saúde	1,00 ponto	
2	<b>Produção científica na área de Física Médica, Controle de Qualidade ou Radioproteção, aplicados à Radiologia Diagnóstica ou Intervencionista nos últimos cinco (5) anos</b>		1,00 ponto
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,50 ponto por artigo	
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,25 ponto por artigo	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,50 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,25 ponto por capítulo	
2.5	Resumo publicado em anais de evento científico ou trabalho apresentado em pôster	0,05 ponto por resumo (máximo 0,25 ponto)	
3	<b>Experiência profissional na função de Físico Médico na área de Radiologia Diagnóstica e Intervencionista, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (**)</b>	0,07 ponto por mês	4,00 pontos
4	<b>Participação em atividade de atualização na área de Física Médica, (capacitações, congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos</b>		1,00 ponto
4.1	Como palestrante	0,20 ponto por atividade	

4.2	Como coordenador de mesa, debatedor, comentarista ou moderador	0,10 ponto por atividade	
4.3	Como participante com carga horária, mínima, de 8 horas	0,05 ponto por atividade <b>(máximo 0,25 ponto)</b>	
5	<b>Atividades didáticas na área de Física Médica nos últimos cinco (5) anos</b>		
5.1	Como preceptor de residência em Física Médica do Radiodiagnóstico	0,25 ponto por semestre	1,00 ponto
5.2	Como docente de graduação ou pós-graduação	0,10 ponto por semestre	

(\*). Os títulos utilizados para comprovação de pré-requisito não serão considerados para pontuação na Prova de Títulos. Sendo assim, para pontuação do subitem 1.3, o candidato deverá apresentar, além do Título a ser pontuado, o comprovante do pré-requisito.

(\*\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

#### Referências Recomendadas

AAPM Report 150. AMERICAN ASSOCIATION OF PHYSICISTS IN MEDICINE. **Acceptance Testing and Quality Control of Digital Radiographic Imaging Systems** (2024). The Report of AAPM Imaging Physics Committee Task Group 150. Disponível em: [https://www.aapm.org/pubs/reports/TG-150\\_final.pdf](https://www.aapm.org/pubs/reports/TG-150_final.pdf). Acesso em: 20 ago. 2025.

AAPM Report 233. AMERICAN ASSOCIATION OF PHYSICISTS IN MEDICINE. **Performance Evaluation of Computed Tomography Systems. 2019**. Disponível em: [http://www.aapm.org/pubs/reports/RPT\\_233.pdf](http://www.aapm.org/pubs/reports/RPT_233.pdf). Acesso em: 20 ago. 2025.

AAPM Report 270. AMERICAN ASSOCIATION OF PHYSICISTS IN MEDICINE. **Practical application of AAPM Report 270 in display quality assurance: A report of Task Group 270 (2020)**. 2020. Disponível em: [https://www.aapm.org/pubs/reports/RPT\\_270.pdf](https://www.aapm.org/pubs/reports/RPT_270.pdf). Acesso em: 20 ago. 2025.

AAPM Report 272. AMERICAN ASSOCIATION OF PHYSICISTS IN MEDICINE. **AAPM Task Group Report 272: Comprehensive acceptance testing and evaluation of fluoroscopy imaging systems** (2021). 2021. Disponível em: <https://aapm.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/mp.15429>. Acesso em: 20 ago. 2025.

AAPM Report 325. AMERICAN ASSOCIATION OF PHYSICISTS IN MEDICINE. **AAPM Task Group Report 325: MRI static magnetic field homogeneity measurement and evaluation procedures - Guidance and resources** (2024). 2024. Disponível em: <https://aapm.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/mp.17351>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **Norma CNEN NN 3.01**. Requisitos básicos de radioproteção e segurança radiológica de fontes de radiação. Resolução CNEN 344/25. Disponível em: [https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-3/copy2\\_of\\_NormaCNENNN3.01.pdf](https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-3/copy2_of_NormaCNENNN3.01.pdf). Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa - IN nº 90**, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiografia médica convencional, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição 101, seção 1, p. 149, 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-90-de-27-de-maio-de-2021-323020973>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa - IN nº 91**, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de fluoroscopia e de radiologia intervencionista, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição 101, seção 1, p. 150, 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-91-de-27-de-maio-de-2021-323013723>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa - IN nº 92**, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de mamografia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição 101, seção 1, p. 153, 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-92-de-27-de-maio-de-2021-322985226>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa - IN nº 93**, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de mamografia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição 101, seção 1, p. 153, 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-92-de-27-de-maio-de-2021-322985226>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa - IN nº 94**, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição 101, seção 1, p. 159, 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-94-de-27-de-maio-de-2021-323013497>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa - IN nº 95**, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica intraoral, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição 101, seção 1, p. 160, 31 de maio de 2021.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-95-de-27-de-maio-de-2021-322984968>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa - IN nº 96**, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ultrassom diagnóstico ou intervencionista, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição 101, seção 1, p. 162, 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-96-de-27-de-maio-de-2021-323003884>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa - IN nº 97**, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ressonância magnética nuclear, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição 101, seção 1, p. 163, 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-97-de-27-de-maio-de-2021-323013930>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Resolução RDC nº 611**, 09 de março de 2022. Diário Oficial da União. Edição 51, seção 1, p. 107, 16 de março de 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-611-de-9-de-marco-de-2022-386107075>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ICRP Publication 139. INTERNATIONAL COMMISSION ON RADIOLOGICAL PROTECTION. **Occupational radiological protection in interventional procedures**. ICRP Publication 139. Ann. ICRP 47(2). 2018. Disponível em: [https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/ANIB\\_47\\_2](https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/ANIB_47_2). Acesso em: 20 ago. 2025.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY, **Occupational Radiation Protection**, IAEA Safety Standards Series No. GSG-7, IAEA, Vienna (2018). Disponível em: [https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/PUB1785\\_web.pdf](https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/PUB1785_web.pdf). Acesso em: 20 ago. 2025.

IAEA. INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. **Diagnostic Radiology Physics: a handbook for teachers and students**. Vienna, 2014. Disponível em: <https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/Pub1564webNew-74666420.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

IAEA. INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. **Handbook of Basic Quality Control Tests for Diagnostic Radiology**. Vienna, 2023. Disponível em: [https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/PUB2021\\_web.pdf](https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/PUB2021_web.pdf). Acesso em: 20 ago. 2025.

IAEA. INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. **Quality Assurance Programme for Digital Mammography**. Vienna, 2011. Disponível em: [http://www-pub.iaea.org/MTCD/publications/PDF/Pub1482\\_web.pdf](http://www-pub.iaea.org/MTCD/publications/PDF/Pub1482_web.pdf). Acesso em: 20 ago. 2025.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR CLINICAL DENSITOMETRY. **2023 ISCD Official Positions - Adult**. ISCD, 2023. Disponível em: <https://iscd.org/wp-content/uploads/2024/03/2023-ISCD-Adult-Positions.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

NCRP Report nº 147. NATIONAL COUNCIL ON RADIATION PROTECTION & MEASUREMENTS. **Structural Shielding Design for Medical X-Ray Imaging Facilities**. USA, 2004.

SOCIEDAD ESPAÑOLA DE FÍSICA MÉDICA, SOCIEDAD ESPAÑOLA DE PROTECCIÓN RADIOLÓGICA, SOCIEDAD ESPAÑOLA DE RADIOLOGÍA MÉDICA, **Protocolo Español de Control de Calidad en Radiodiagnóstico - Revisión 2011**, Madrid (2012). Disponível em: [https://www.seram.es/images/site/protocolo\\_2011.pdf](https://www.seram.es/images/site/protocolo_2011.pdf). Acesso em: 20 ago. 2025.

SOCIEDAD ESPAÑOLA DE FÍSICA MÉDICA, SOCIEDAD ESPAÑOLA DE PROTECCIÓN RADIOLÓGICA, SOCIEDAD ESPAÑOLA DE RADIOLOGÍA MÉDICA, **Protocolo Español de Control de Calidad de los Equipos de Radiografía Digital - Revisión 2024**, Madrid (2024). Disponível em: <https://sefm.es/wp-content/uploads/control-de-calidad-de-los-equipos-de-radiografia-digital-v2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

TAUHATA, L. et al. **Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos**. 10ª Revisão. Rio de Janeiro: IRD/CNEN, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/centro-de-informacoes-nucleares/material-didatico-1/radioprotecao-e-dosimetria-fundamentos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

XAVIER, A. M. et al. **Princípios Básicos de Segurança e Proteção Radiológica**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/avulsos/seguranca-protacao-radiologica-pdf/view>. Acesso em: 15 ago. 2025.

## PROCESSO SELETIVO 69 - MÉDICO I (Neurologia: Demências e Doenças Neurodegenerativas)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

### CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Comprometimento cognitivo leve (CCL)
- Demência vascular
- Demências potencialmente reversíveis
- Demências secundárias
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Doença de Alzheimer
- Envelhecimento saudável e patológico
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Outras demências primárias (Lewy, frontotemporal, etc.)
- Quadro Clínico das doenças neurodegenerativas: Fisiopatologia, Epidemiologia, Processo diagnóstico e Abordagens terapêuticas
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho
- Transtornos do movimento hiperpericéticos

### CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Formação acadêmica</b>		
1.1	Doutorado, reconhecido pelo Ministério da Educação	2,00 pontos	2,00 pontos
1.2	Mestrado, reconhecido pelo Ministério da Educação	1,50 ponto	
1.3	Título de Especialista em Neurologia, fornecido pela Associação Médica Brasileira/Academia Brasileira de Neurologia	1,00 ponto	
2	<b>Produção científica na área de Neurologia Demências e Doenças Neurodegenerativas (trabalhos apresentados sobre o mesmo tema serão pontuados apenas uma vez), nos últimos cinco (5) anos</b>		2,00 pontos
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,25 ponto por artigo	
2.2	Livro publicado com ISBN	0,25 ponto por livro	
2.3	Capítulo de livro com ISBN	0,10 ponto por capítulo	
2.4	Resumo publicado em anais de evento científico ou trabalho apresentado em pôster	0,10 ponto por resumo (máximo 0,50 ponto)	
3	<b>Experiência profissional na função de Médico na área de Neurologia, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)</b>	0,07 ponto por mês	3,00 pontos
4	<b>Participação em atividade de atualização na área de Neurologia Demências e Doenças Neurodegenerativas, (capacitações, congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros)</b>		2,00 pontos
4.1	Programa de <i>Fellowship</i> ou Curso de Capacitação em Neurologia Demência e Doenças Neurodegenerativas, em instituições em ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação ou por entidade internacional equivalente	2,00 pontos	
4.2	Como palestrante, coordenador de mesa, debatedor ou moderador	0,10 ponto por atividade (máximo 0,50 ponto)	
5	<b>Atividades didáticas na área de Neurologia nos últimos cinco (5) anos</b>		1,00 ponto
5.1	Como preceptor de residência médica	0,50 ponto por semestre	
5.2	Como docente de graduação ou pós-graduação	0,25 ponto por semestre (Máximo 0,50 ponto)	

(\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

#### Referências Recomendadas

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-32-atualizada-2023-1.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

CECIL, R. L. F. et al. **Cecil Textbook of Medicine**. 27. ed. Philadelphia: WC Saunders CO, 2023.

DAROFF, R. B. **Bradley's Neurology in Clinical Practice**. 8. ed. Philadelphia: Elsevier Inc, 2021.

GOLDIM, J. R. **Bioética e Interdisciplinaridade**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/biosubj.htm>. Acesso em: 21 ago. 2025.

JACK JR., C. R.; BENNETT, D. A.; BLENNOW, K, et al. **NIA-AA Research Framework: toward a biological definition of Alzheimer's disease**. *Alzheimers Dement*. 2018;14:535-562.

JACK JR, C. R.; ANDREWS, J. S.; BEACH, T. G. et al. **Revised criteria for diagnosis and staging of Alzheimer's disease**: Alzheimer's Association Workgroup. *Alzheimers Dement*. 2024 Aug;20(8):5143-5169. doi: 10.1002/alz.13859. Epub 2024 Jun 27. PMID: 38934362; PMCID: PMC11350039.

LOSCALZO, J.; FAUCI, A.; KASPER, D. et al. **Harrison's Principles of Internal Medicine**. 21. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2023.

ROPPER, A. H.; SAMUEL, S. M. **Adams and Victor's Principles of Neurology**. 12. ed. New York: McGraw Hill, 2023.

#### PROCESSO SELETIVO 70 - MÉDICO I (Oncologia)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	7	Constituída de 40 questões objetivas, valendo 0,25 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos.

<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	3	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-
----------------	------------------------	---	---	---

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- Câncer de cabeça e pescoço
- Câncer de mama
- Câncer de pele melanoma e não-melanoma
- Câncer de pulmão e tumores torácicos
- Câncer do trato gastrointestinal
- Câncer genitourinário feminino
- Câncer genitourinário masculino
- Carcinomas sem sítio primário conhecido (carcinomas de sítio primário oculto)
- Complicações dos tratamentos oncológicos
- Diagnóstico e estadiamento em oncologia
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Emergências em oncologia
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Neoplasias do sistema nervoso central
- Prevenção do câncer. Avaliação e opções
- Princípios de tratamento oncológico
- Sarcomas de partes moles e tumores ósseos em adultos
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho
- Síndromes paraneoplásicas

**CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):**

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Formação acadêmica</b>		3,00 pontos
1.1	Doutorado, reconhecido pelo Ministério da Educação	2,00 pontos	
1.2	Mestrado, reconhecido pelo Ministério da Educação	1,00 ponto	
1.3	Título de Especialista em Oncologia Clínica, fornecido pela Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica	1,00 ponto	
2	<b>Produção científica na área da Saúde (trabalhos apresentados sobre o mesmo tema serão pontuados apenas uma vez) nos últimos cinco (5) anos</b>		3,00 pontos
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,30 ponto por artigo	
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,10 ponto por artigo	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,30 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,20 ponto por capítulo	
3	<b>Experiência profissional na função de Médico Oncologista Clínico, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)</b>	0,04 ponto por mês	2,00 pontos
4	<b>Participação em atividade de atualização nas áreas de Medicina Interna ou Oncologia, (capacitações, congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros)</b>		1,00 ponto
4.1	Como palestrante, coordenador de mesa, debatedor ou moderador	0,10 ponto por atividade	
4.2	Como participante	0,05 ponto por atividade <b>(máximo 0,50 ponto)</b>	
5	<b>Atividades didáticas na área de Medicina Interna ou Oncologia nos últimos cinco (5) anos</b>		1,00 ponto
5.1	Como docente de graduação ou pós-graduação	0,50 ponto por semestre	
5.2	Como preceptor de residência médica	0,25 ponto por semestre	

**(\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.**

**Referências Recomendadas**

**ASCO's publications.** Disponível em: <https://ascopubs.org/> (válido para publicações até 30 de setembro de 2025). Acesso em 09 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32.** Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras->

vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 9 set. 2025.

DE VITA, V. T.; LAWRENCE, T. S.; ROSENBERG, S. A. (ed.). **DeVita, Hellman, and Rosenberg's Cancer: principles & practice of oncology**. 12. ed. Philadelphia: Wolters Kluwer, 2022.

**Diretrizes da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC)**. Disponível em: <https://sboc.org.br/diretrizes-publicas> (válido para publicações até 30 de setembro de 2025). Acesso em: 9 set. 2025.

European Society For Medical Oncology (ESMO) **Guidelines**. Disponível em: <https://www.esmo.org/guidelines> (válido para publicações até 30 de setembro de 2025). Acesso em: 9 set. 2025.

NCCN. **Clinical Practice Guidelines in Oncology** (NCCN Guidelines®). Disponível em: [https://www.nccn.org/guidelines/category\\_1](https://www.nccn.org/guidelines/category_1) (válido para publicações até 30 de setembro de 2025). Acesso em 9 set. 2025.

**PDQ® Cancer Information for Health Professionals** - Disponível em: <https://www.cancer.gov/publications/pdq>. Acesso em: 5 ago. 2025.

## Cargos de Nível Médio:

PROCESSO SELETIVO 71 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Internação Clínica Adulto)				
PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Nota mínima 6,00 pontos.</li><li>- Para a formação de cadastro, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD), Autodeclarados Negros (AN), Indígenas e Quilombolas, serão convocados para a próxima etapa:</li><li>- Os 200 (duzentos) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição.</li><li>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição.</li><li>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os 60 (sessenta) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 60ª posição. Se não houver 60 (sessenta) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de 60 (sessenta) candidatos.</li><li>- Indígena: os seis (6) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscrito na condição de Indígena, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 6ª posição. Se não houver seis (6) candidatos inscritos como indígenas aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de seis (6) candidatos.</li><li>- Quilombola: os quatro (4) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscrito na condição de Quilombola, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 4ª posição. Se não houver quatro (4) candidatos inscritos como Quilombola aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de quatro (4) candidatos.</li><li>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 200º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 60ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Indígenas</li></ul>

				que forem aprovados na Prova Escrita além da 6ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Quilombolas que forem aprovados na Prova Escrita, além da 4ª colocação. No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.
<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- Cuidados de enfermagem ao paciente clínico adulto com patologias crônicas e agudas
- Cuidados de enfermagem ao paciente terminal e em cuidados paliativos
- Cuidados de enfermagem nas doenças infectocontagiosas, e na prevenção e controle de infecções
- Cuidados de enfermagem no atendimento das necessidades básicas e integrais do paciente adulto e idoso
- Cuidados no preparo e administração de medicamentos, prevenção de erros de medicação
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Estratégias para segurança e saúde do trabalhador: aspectos de biossegurança, manuseio e descarte de resíduos sólidos, materiais biológicos e medicamentos
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Lei do Exercício Profissional e o Código de Ética de Enfermagem
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- Metas Internacionais de Segurança do paciente
- Política Nacional de Atenção Hospitalar
- Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
- Política Nacional de Segurança do Paciente
- Prevenção e Notificação de eventos adversos
- Princípios de ergonomia no trabalho em saúde, causas e formas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho

**CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):**

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Experiência profissional na função de Auxiliar/Técnico de Enfermagem, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição tempo (*)</b>		7,00 pontos
1.1	Com paciente adulto em Unidade de Internação Hospitalar Clínica	0,15 ponto por mês	
1.2	Em outras áreas de assistência hospitalar	0,07 ponto por mês <b>(máximo 3,00 pontos)</b>	
1.3	Em outras áreas de assistência não hospitalar	0,03 ponto por mês <b>(máximo 1,50 ponto)</b>	
2	<b>Participação em atividade de atualização na área de Enfermagem com paciente adulto, (capacitações, congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros)</b>		3,00 pontos
2.1	Com carga horária acima de 40 horas	0,30 ponto por atividade	
2.2	Com carga horária acima de 20 até 40 horas	0,20 ponto por atividade	
2.3	Com carga horária de 8 até 20 horas	0,10 ponto por atividade <b>(máximo 0,50 ponto)</b>	

**(\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.**

**Referências Recomendadas**

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.681**, de 7 de maio de 2024. Política Nacional de Cuidados Paliativos. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3681\\_22\\_05\\_2024.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3681_22_05_2024.html). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Programa nacional de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (PNPCIRAS) 2021 a 2025**. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/pnpciras\\_2021\\_2025.pdf](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/pnpciras_2021_2025.pdf). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.390**, de 30 de dezembro de 2013. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP). Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390\\_30\\_12\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.528**, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html). Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 222**, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222\\_28\\_03\\_2018.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823**, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Prevenção de infecções por microrganismos multirresistentes em serviços de saúde**. Brasília: Anvisa, 2021. 103 p. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-prevencao-de-multirresistentes7.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Brasília: Anvisa, 2017. 122 p. Disponível em: <file:///C:/Users/jtavares/Downloads/Caderno%20%20Medidas%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20Infec%C3%A7%C3%A3o%20Relacionada%20%C3%A0%20Assist%C3%Aancia%20%C3%A0%20Sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CASTILHO, R. K.; SILVA, V. C.; PINTO, C. S. **Manual de cuidados paliativos**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES. **Metas internacionais de segurança do paciente 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hc-ufmg/saude/metas-internacionais-de-seguranca-do-paciente/metas-internacionais-de-seguranca-do-paciente>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei do exercício profissional**. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986\\_4161.html](http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html). Acesso em: 13 ago. 2025.

CARMAGNANI, M. I. S. et al. **Procedimentos de enfermagem**: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

REBRAENSP/POLO RS. **Estratégias para a segurança do paciente**: manual para profissionais da saúde. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/manual-seguranca-paciente/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. **Brunner & Suddarth**: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. 2 v.

TORRIANI, M. S. S.; ECHER, I. C.; BARROS, E. **Medicamentos de A a Z**: enfermagem 2016–2018. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

PROCESSO SELETIVO 72 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Internação Cirúrgica Adulto)				
PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nota mínima 6,00 pontos.</li> <li>- Para a formação de cadastro, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD), Autodeclarados Negros (AN), Indígenas e Quilombolas, serão convocados para a próxima etapa:</li> <li>- Os 200 (duzentos) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição.</li> <li>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição.</li> <li>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os 60 (sessenta) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 60ª posição. Se não houver 60 (sessenta) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de 60 (sessenta) candidatos.</li> <li>- Indígena: os seis (6) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscrito na condição de Indígena, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 6ª posição. Se não houver seis (6) candidatos inscritos como indígenas aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos</li> </ul>

				<p>abaixo deste ponto até ser atingido o número de seis (6) candidatos.</p> <p>- Quilombola: os quatro (4) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscrito na condição de Quilombola, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 4ª posição. Se não houver quatro (4) candidatos inscritos como Quilombola aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de quatro (4) candidatos.</p> <p>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 200º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 60ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Indígenas que forem aprovados na Prova Escrita além da 6ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Quilombolas que forem aprovados na Prova Escrita, além da 4ª colocação.</p> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- Cuidados de enfermagem ao paciente adulto cirúrgico no pré-operatório e no pós-operatório de cirurgias de pequeno, médio e grande porte
- Cuidados de enfermagem ao paciente clínico adulto portador de patologias crônicas e agudas
- Cuidados de enfermagem ao paciente terminal e em cuidados paliativos
- Cuidados de enfermagem nas doenças infectocontagiosas, e na prevenção e controle de infecções
- Cuidados de enfermagem no atendimento das necessidades básicas e integrais do paciente adulto e idoso
- Cuidados no preparo e administração de medicamentos, prevenção de erros de medicação
- Estratégias para segurança e saúde do trabalhador: aspectos de biossegurança, manuseio e descarte de resíduos sólidos, materiais biológicos e medicamentos
- Lei do Exercício Profissional e o Código de Ética de Enfermagem
- Metas Internacionais de Segurança do paciente
- Política Nacional de Atenção Hospitalar
- Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
- Política Nacional de Segurança do Paciente
- Prevenção e Notificação de eventos adversos
- Princípios de ergonomia no trabalho em saúde, causas e formas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)

**CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):**

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Experiência profissional na função de Auxiliar/Técnico de Enfermagem, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)</b>		7,00 pontos
1.1	Com paciente adulto em Unidade de Internação Hospitalar	0,15 ponto por mês	
1.2	Em outras áreas de assistência hospitalar	0,07 ponto por mês <b>(máximo 3,00 pontos)</b>	
2	<b>Participação em atividade de atualização na área de Enfermagem com pacientes adultos e pessoas idosas, (capacitações, congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros)</b>		3,00 pontos
2.1	Com carga horária acima de 40 horas	0,30 ponto por atividade	
2.2	Com carga horária acima de 20 até 40 horas	0,20 ponto por atividade	
2.3	Com carga horária de 8 até 20 horas	0,10 ponto por atividade <b>(máximo 0,50 ponto)</b>	

**(\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.**

**Referências Recomendadas**

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-32-atualizada-2023-1.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. ANVISA. **Programa nacional de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (PNPCIRAS) 2021 a 2025**. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/pnpciras\\_2021\\_2025.pdf](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/pnpciras_2021_2025.pdf). Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 2.528** de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html). Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente** / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento\\_referencia\\_programa\\_nacional\\_seguranca.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf). Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução RDC nº 222**, de 22 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222\\_28\\_03\\_2018.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf). Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde / Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_relacionadas\\_trabalho\\_manual\\_procedimentos.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf). Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-4-medidas-de-prevencao-de-infeccao-relacionada-a-assistencia-a-saude.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBserh) **Metas Internacionais de Segurança do Paciente 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hc-ufmg/saude/metas-internacionais-de-seguranca-do-paciente/metas-internacionais-de-seguranca-do-paciente>. Acesso em: 19 ago. 2025.

**Lei do Exercício Profissional**. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

**Manual de cuidados paliativos** / Maria Perez Soares D'Alessandro (ed.) ... [et al.]. – 2. ed. São Paulo: Hospital Sírio-Libanês; Ministério da Saúde, 2023 Disponível em: <https://hospitais.proadi-sus.org.br/manual-cuidados-paliativos.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

**Manual de cuidados paliativos ANCP**. 2.ed. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

CARMAGNANI, M. I. S. et. al. **Procedimentos de enfermagem**: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

POTTER, P.; PERRY, A. **Fundamentos de enfermagem**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

REBRAENSP/POLO RS. **Estratégias para a segurança do paciente**. Manual para Profissionais da Saúde. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/manual-seguranca-paciente/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. **Brunner/Suddarth**: tratado de enfermagem médico-cirúrgica 02 volumes. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

TORRIANI, M. S. S. L.; ECHER, I. C., BARROS, E. **Medicamentos de A a Z**: Enfermagem 2016 - 2018. Artmed. Grupo A. 2. ed. 2015.

## PROCESSO SELETIVO 73 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Saúde Mental)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nota mínima 6,00 pontos.</li> <li>- Para a formação de cadastro, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD), Autodeclarados Negros (AN), Indígenas e Quilombolas, serão convocados para a próxima etapa:</li> <li>- Os 30 (trinta) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição.</li> <li>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta</li> </ul>

				<p>condição.</p> <p>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os nove (9) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 9ª posição. Se não houver nove (9) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de nove (9) candidatos.</p> <p>- Indígena: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Indígena, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como indígena aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</p> <p>- Quilombola: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Quilombola, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como Quilombola aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</p> <p>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 30º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 9ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Indígenas que forem aprovados na Prova Escrita além da 1ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Quilombolas que forem aprovados na Prova Escrita, além da 1ª colocação.</p> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), Indígenas e Quilombolas, vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- Atribuições dos profissionais Técnicos de Enfermagem em Saúde Mental
- Cuidado de enfermagem ao paciente com risco de heteroagressão e/ou autoagressão
- Cuidado de enfermagem ao paciente com risco de suicídio
- Cuidado de enfermagem em saúde mental:
  - Transtornos de Humor
  - Transtornos de Personalidade
  - Transtornos de Ansiedade
  - Transtorno Obsessivo-Compulsivo
  - Transtornos Alimentares
  - Transtorno do Espectro da Esquizofrenia e outros Transtornos Psicóticos
  - Transtorno por uso de Substâncias Psicoativas
  - Transtorno por uso de Álcool
  - Transtorno do Desenvolvimento infanto-juvenil
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Lei do Exercício Profissional e o Código de Ética de Enfermagem
- Políticas Públicas na Atenção em Saúde Mental
- Rede de Atenção Psicossocial
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho.

**CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):**

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Experiência profissional na função de Auxiliar ou Técnico de Enfermagem, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)</b>		6,00 pontos
1.1	Na área de Saúde Mental e Psiquiatria	0,15 ponto por mês	
1.2	Em outras áreas da Enfermagem	0,10 ponto por mês <b>(máximo 3,00 pontos)</b>	
2	<b>Participação em atividades de atualização na área de Saúde Mental e</b>		4,00

	<b>Psiquiatria (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos</b>		pontos
2.1	Carga horária acima de 40 horas	0,40 ponto por atividade	
2.2	Carga horária acima de 20 até 40 horas	0,30 ponto por atividade	
2.3	Com carga horária até 20 horas	0,20 ponto por atividade <b>(máximo 2,00 pontos)</b>	

(\* ) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

#### Referências Recomendadas

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do ADOLESCENTE. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.840**, de 5 de junho de 2019. Dispõe sobre alterações feitas no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, define as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e trata do financiamento das políticas sobre drogas e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 336/GM**, de 19 de fevereiro de 2002. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336\\_19\\_02\\_2002.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html) Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3088**, de 23 de dezembro de 2011. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html). Acesso em: 12 ago. 2025.

BOARATI, M. A.; PANTANO, T.; SCIVOLETTO, S.; **Psiquiatria da infância e adolescência: Cuidado Multidisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2023.

COFEN. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao\\_311\\_anexo.pdf](http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf). Acesso em: 12 ago. 2025.

COFEN. **Resolução COFEN Nº 746** de 20 de março de 2024. Normatiza os procedimentos de enfermagem na contenção mecânica de pacientes. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-746-de-20-de-marco-de-2024/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

DIEHL, A.; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R. (Orgs). **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. 554p.

FUKUDA, I. M. K.; STEFANELLI, M. C.; ARANTES, E. C. **Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2017.

GARCIA, P. T.; REIS, R. S. **Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial - RAPS**. São Luís: EDUFMA, 2018. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/10279>. Acesso em: 12 ago. 2025.

GOLDIM, J. R.; **Bioética e interdisciplinaridade**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/biosubj.htm>. Acesso em: 12 ago. 2025.

TELES, M. P. DA S. F. et al. **Evolução da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil, 2012-2018**. Cadernos Saúde Coletiva, v. 32, n. 3, p. e32030437, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/PF4KLC5whz88TjxCsBTMtFs/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2025.

VIDEBECK, S. L. **Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

### PROCESSO SELETIVO 74 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Equipamentos Eletromédicos)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos. Para formação de cadastro de ampla concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD), Autodeclarados Negros (AN), Indígenas e

				<p>Quilombolas, serão convocados para a próxima etapa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os 10 (dez) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição.</li> <li>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição.</li> <li>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os três (3) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 3ª posição. Se não houver três (3) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de três (3) candidatos.</li> <li>- Indígena: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Indígena, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como indígena aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</li> <li>- Quilombola: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Quilombola, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como Quilombola aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</li> <li>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 10º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 3ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Indígenas que forem aprovados na Prova Escrita além da 1ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Quilombolas que forem aprovados na Prova Escrita, além da 1ª colocação.</li> </ul> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), Indígenas e Quilombolas, vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
<b>PRÁTICA</b>	<b>Eliminatório e classificatório</b>	3	Conforme conteúdo da "Prova Prática".	- Nota mínima 6,00 pontos.
<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	1	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- Análise de Circuitos, em Corrente Contínua e em Corrente Alternada
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Eletrônica Analógica e Digital
- Equipamentos médico-hospitalares e o gerenciamento das manutenções
- Ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal
- Informática
- Instrumentos de medição de grandezas elétricas e mecânicas
- Licitações Públicas
- Regulamento Interno de Licitações Contratos e Serviços do HCPA
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho
- Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade
- Sistema Internacional de Medidas

**CONTEÚDO DA PROVA PRÁTICA:**

**A Prova Prática consistirá nas seguintes atividades:** conserto de um defeito simulado em um equipamento eletromédico, medições de grandezas elétricas em um circuito eletrônico proposto, retirada e inserção de componentes eletrônicos em placas de circuito impresso.

**Critérios de avaliação:** pesquisa do defeito e conserto do equipamento, através da análise de circuitos eletrônicos, operação de instrumentos de medição, habilidade em soldagem e dessoldagem de componentes.

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):			
Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	<b>Experiência profissional como Técnico de Manutenção, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)</b>		6,00 pontos
1.1	Em Equipamentos Eletromédicos	0,10 ponto por mês	
1.2	Como Técnico de Eletrônica ou Eletroeletrônica	0,05 ponto por mês	
2	<b>Participação em atividades de atualização na área de Eletrônica, nos últimos cinco (5) anos</b>		4,00 pontos
2.1	Carga horária acima de 40 horas	0,50 ponto por atividade <b>(máximo 2,50 pontos)</b>	
2.2	Carga horária de 16 até 40 horas	0,25 ponto por atividade <b>(máximo 1,50 ponto)</b>	
(*) Para comprovação da experiência profissional como Técnico de Manutenção, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.			
Referências Recomendadas			
<p>AMORIM JR., R. P. F. <b>Informática Para Concursos em Saúde</b>. Salvador. 1. ed. Editora Sanar, 2020.</p> <p>BALBINOT, A.; BRUSAMARELLO, V. J. <b>Instrumentação e Fundamentos de Medidas</b>. Rio de Janeiro. 3. ed. editora LTC, 2019. Vol. 1.</p> <p>BALBINOT, A.; BRUSAMARELLO, V. J. <b>Instrumentação e Fundamentos de Medidas</b>. Rio de Janeiro. 3. ed. editora LTC, 2019. Vol. 2.</p> <p>BLUTTMAN, K. <b>Excel fórmulas e funções Para Leigos</b>. Rio de Janeiro. 5. ed. Editora Alta Books, 2021.</p> <p>BRASIL. <b>Decreto nº 1.171</b>, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm</a>. Acesso em: 11 ago. 2025.</p> <p>BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. <b>Norma Regulamentadora nº 32</b>. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf">https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf</a>. Acesso em: 11 ago. 2025.</p> <p>BRASIL. <b>Lei nº 8.080</b>, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm</a>. Acesso em: 11 ago. 2025.</p> <p>BRASIL. <b>Portaria nº 529</b>, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde Disponível em: <a href="https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html">https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html</a>. Acesso em: 12 ago. 2025.</p> <p>BRASIL. <b>Resolução RDC nº 36</b>, de 25 de julho de 2013. Disponível em: <a href="https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html">https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html</a>. Acesso em: 12 ago. 2025.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Equipamentos médico-hospitalares e o gerenciamento da manutenção</b>. Capacitação a distância. Disponível em: <a href="https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/equipamentos_gerenciamento1.pdf">https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/equipamentos_gerenciamento1.pdf</a> e <a href="https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/equipamentos_gerenciamento2.pdf">https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/equipamentos_gerenciamento2.pdf</a>. Acesso em: 11 ago. 2025.</p> <p>BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. <b>Norma Regulamentadora nº 10</b>. Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf">https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf</a>. Acesso em: 11 ago. 2025.</p> <p>BRASIL. <b>Lei nº 13.303</b>, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm</a>. Acesso em: 11 ago. 2025.</p> <p>BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. <b>Vocabulário Internacional de Metrologia</b>: Conceitos fundamentais e gerais e termos associados (VIM 2012). Duque de Caxias, RJ: INMETRO, 2012. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/inmetro/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos-tecnicos-em-metrologia/vim_2012.pdf">https://www.gov.br/inmetro/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos-tecnicos-em-metrologia/vim_2012.pdf</a>. Acesso em: 11 ago. 2025.</p> <p>Hospital de Clínicas de Porto Alegre. <b>Regulamento Interno de Licitações e Contratos</b>. Disponível em: <a href="https://www.hcpa.edu.br/downloads/normas_regimentos_regulamentos/pgi023_regulamento_licitacoes_e_contratos_2023_nove_mbro.pdf">https://www.hcpa.edu.br/downloads/normas_regimentos_regulamentos/pgi023_regulamento_licitacoes_e_contratos_2023_nove_mbro.pdf</a>. Acesso em: 11 ago. 2025.</p> <p>MALVINO, A. P.; BATES, D. J. <b>Eletrônica</b>. Porto Alegre. 8. ed. Editora AMGH, 2016. Vol. 1.</p> <p>MALVINO, A. P.; BATES, D. J. <b>Eletrônica</b>. Porto Alegre. 8. ed. Editora AMGH, 2016. Vol. 2.</p> <p>O'MALLEY, J. <b>Análise de Circuitos</b>. Porto Alegre. 2. ed. Editora Bookman, 2014.</p> <p>SOUZA, A. F.; HERINGER, C. H. T.; SANTOS JR., J.; MOLL, J. R. <b>Gestão de Manutenção em Serviços de Saúde</b>. São Paulo 1. ed. Editora Blucher, 2010.</p> <p>TOCCI, R. J.; WIDMER, N. S.; MOSS, G. L. <b>Sistemas Digitais</b>. Princípios e Aplicações. São Paulo, 12. ed. Editora Pearson, 2019 r. 2021.</p>			

PROCESSO SELETIVO 75 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA (Radioterapia)				
PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	7	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos. - Para a formação de cadastro, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (Pcd), Autodeclarados Negros (AN), Indígenas e

				<p>Quilombolas, serão convocados para a próxima etapa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os 15 (quinze) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição.</li> <li>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição.</li> <li>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os cinco (5) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 5ª posição. Se não houver cinco (5) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de cinco (5) candidatos.</li> <li>- Indígena: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Indígena, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como indígena aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</li> <li>- Quilombola: o 1º (primeiro) candidato aprovado na Prova Escrita, inscrito na condição de Quilombola, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 1ª posição. Se não houver um (1) candidato inscrito como Quilombola aprovado dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de um (1) candidato.</li> <li>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 15º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 5ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Indígenas que forem aprovados na Prova Escrita além da 1ª colocação e os candidatos inscritos na condição de Quilombolas que forem aprovados na Prova Escrita, além da 1ª colocação.</li> </ul> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), Indígenas e Quilombolas, vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
<b>TÍTULOS</b>	<b>Classificatório</b>	3	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

**CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

- Braquiterapia ginecológica de alta taxa de dose
- Confecção de blocos de proteção individual, máscaras termoplásticas e imobilizadores radioterápicos
- Controle de qualidade em radioterapia
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Efeitos biológicos das radiações ionizantes
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Física das radiações
- IGRT (Image Guided Radiotherapy)
- IMRT (Intensity Modulate Radiotherapy)
- Legislação, normas e recomendações em Radioterapia
- Planejamento radioterápico
- Processamento de filmes
- Proteção radiológica em radioterapia
- Radiocirurgia
- SBRT (Stereotactic Body Radiotherapy)
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho.
- Tratamento radioterápico convencional
- VMAT (Volume Modulate Arc Therapy)

**CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):**

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Experiência profissional na função de Técnico em Radiologia em atividade de Radioterapia, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)	0,10 ponto por mês	6,00 pontos
2	Participação em atividades de atualização na área de Radioterapia (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros, palestras), nos últimos cinco (5) anos		4,00 pontos
2.1	Carga horária acima de 20 horas	0,40 ponto por atividade	
2.2	Carga horária de 8 até 20 horas	0,30 ponto por atividade	

(\*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

#### Referências Recomendadas

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 529**, de 1º de abril de 2013. Ministério de Estado da Saúde Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução RDC nº 36**, de 25 de julho de 2013. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html). Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **RDC nº 20**, de 02 fevereiro de 2006. Estabelece o Regulamento Técnico para funcionamento de serviços de radioterapia, visando à defesa da saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2006/rdc0020\\_02\\_02\\_2006.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2006/rdc0020_02_02_2006.html). Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer (INCA). **Atualização para Técnicos em Radioterapia**. 2010. Disponível em: [https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//atualizacao\\_para\\_tecnicos\\_em\\_radioterapia.pdf](https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//atualizacao_para_tecnicos_em_radioterapia.pdf). Acesso em: 25 ago. 2025.

CNEN. Comissão Nacional de Energia Nuclear. NN-3.01. **Resolução CNEN 323/24** Requisitos Básicos de Radioproteção e Segurança Radiológica de Fontes de Radiação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-3/NormaCNENNN3.01.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CNEN. Comissão Nacional de Energia Nuclear. NN-6.10. **Resolução CNEN 277/21** Requisitos de Segurança e Proteção Radiológica para Serviços de Radioterapia, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/normas/grupo-6/grupo6-nrm610.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FURNARI, L. **Controle da Qualidade em Radioterapia**. São Paulo: Crayon Editorial, 2021.

IAEA. Syllabus. **Radiation Oncology Physics: a Handbook for Teachers and Students**. 2005. Disponível em: [https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/Pub1196\\_web.pdf](https://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/Pub1196_web.pdf). Acesso em: 25 ago. 2025.

ICRU. **International Commission on Radiation Units & Measurements**. Prescribing, Recording and Reporting Photon Beam Therapy. In: Report nº 62, 1999.

ICRU. **International Commission on Radiation Units & Measurements**. Prescribing Recording and Reporting Photon Beam Therapy. In: Report nº 50, 1993.

KHAN, F. M. **The Physics of Radiation Therapy**. 6. ed. Editora Lippincott Williams & Wilkins, 2020.

SALVAJOLI, J. V.; SOUHAMI, L.; FARIA, S. L. **Radioterapia em Oncologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

Porto Alegre, 06 de outubro de 2025.

Prof.<sup>a</sup> Helena Ayako Sueno Goldani,  
Coordenadora da Comissão de Seleção.

## ANEXO I

### Requerimento específico para candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência (PcD)

**Edital nº 06/2025 - HCPA**

**Processo Seletivo:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**(Nome do(a) candidato(a) (nº de Inscrição)**

Vem **REQUERER** sua inscrição, como **CANDIDATO NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, apresentando o **ATESTADO MÉDICO** com CID (preencher os dados abaixo, com base no laudo).

a) Tipo de deficiência: \_\_\_\_\_

b) Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: \_\_\_\_\_

c) Nome e CRM do Médico Responsável pelo atestado: \_\_\_\_\_

(OBS.: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, aprovado na Prova Escrita, deverá enviar, obrigatoriamente, para o endereço eletrônico [concursos.documentos@faurgs.com.br](mailto:concursos.documentos@faurgs.com.br), no prazo a ser divulgado posteriormente no *site* da FAURGS, o **Atestado Médico digitalizado**, comprovando a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID. Este deverá conter ainda, obrigatoriamente, o nome, a assinatura, a data e o número do CRM do Médico, com a indicação da provável causa da deficiência, **emitido com antecedência máxima de um (1) ano da publicação deste Edital**.

**Informações para a aplicação das PROVAS (marcar com X o local apropriado):**

**NÃO NECESSITO DE ATENDIMENTO ESPECIAL**

**NECESSITO DE ATENDIMENTO ESPECIAL** (assinalar abaixo o atendimento necessário) – **Obs.: Atender o especificado no subitem 4.5.11.**

- Auxílio para preenchimento da Folha de Respostas (Folha Óptica)
- Braille
- Intérprete de Libras
- Ledor
- Prova ampliada (especificar tamanho da fonte)
- Fácil acesso ou sala térrea
- Tempo adicional (conforme subitem 4.6.8)
- Outros tipos de atendimento especial (descrever abaixo e justificar)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
**OBS.: É obrigatório anexar a este requerimento preenchido, o ATESTADO MÉDICO com CID e o Documento de Identificação e CPF, digitalizados.**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do (a) candidato (a): \_\_\_\_\_

## ANEXO II

### MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVA

Edital nº 06/2025 - HCPA

Processo Seletivo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Nome do(a) candidato(a)) (nº de Inscrição)

Vem **REQUERER** atendimento e/ou condição especial para a realização de provas, enviando o **Atestado Médico, digitalizado**, que comprova o tipo de necessidade, bem como as condições diferenciadas de que necessita (preencher os dados abaixo, com base no atestado).

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: \_\_\_\_\_

Nome e CRM do Médico Responsável pelo Atestado: \_\_\_\_\_

**Obs.:** No prazo especificado no cronograma deste Edital, o candidato que necessite de atendimento e/ou condição especial deverá preencher esta solicitação e anexá-la, juntamente com a digitalização do Atestado Médico que comprove o tipo de necessidade e/ou condições diferenciadas de que necessite, em **link eletrônico, disponível no site da FAURGS**, conforme subitem 4.5.11 do Edital.

As solicitações serão avaliadas e autorizadas pela FAURGS, levando em consideração as possibilidades, a razoabilidade do pedido e as disposições deste Edital. O candidato que solicitar atendimento e/ou condição especial para a realização da prova deverá verificar a resposta de seu pedido, bem como o tipo de atendimento concedido, no *site* da FAURGS.

#### **Marque abaixo o atendimento necessário:**

- Amamentação
- Auxílio para preenchimento da Folha de Respostas (Folha Óptica)
- Braille
- Intérprete de Libras
- Ledor
- Prova ampliada (especificar tamanho da fonte)
- Fácil acesso ou sala térrea
- Tempo adicional (conforme subitem 4.6.8)
- Outros tipos de atendimento especial (descrever abaixo e justificar)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Atenção:** É obrigatório enviar o **Atestado Médico juntamente com este requerimento**.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do (a) candidato (a): \_\_\_\_\_

